



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013-2017

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

BELÉM 2017

A photograph of a two-story building with a tan facade and white architectural details. The building features a central pediment with a decorative finial and a balcony on the roof. The ground floor has four dark doorways, and the second floor has four windows with dark shutters. To the left, a white building with arched windows is partially visible. A utility pole with many wires stands in the foreground. The sky is overcast. A dark blue text box is overlaid at the bottom right, and two vertical bars (orange and teal) are on the bottom left.

Edifício-Sede do
Ministério Público do
Estado do Pará



Elaboração

Assessoria de Comunicação Social
imprensa@mppa.mp.br
4006-3586/ 4006-3487

Revisão de Texto
Irene Palheta

Projeto Gráfico e Editoração
Gráfica GTR
Tiragem: 100 exemplares

Ministério Público do Estado do Pará
Rua João Diogo N° 100, Centro – CEP 66015-160 – Belém, PA.

Contatos
(91) 4006-3586 | (91) 4006-3487
E-mail: pgj@mppa.mp.br



www.mppa.mp.br



facebook.com/MPPAoficial



twitter.com/MPPAoficial

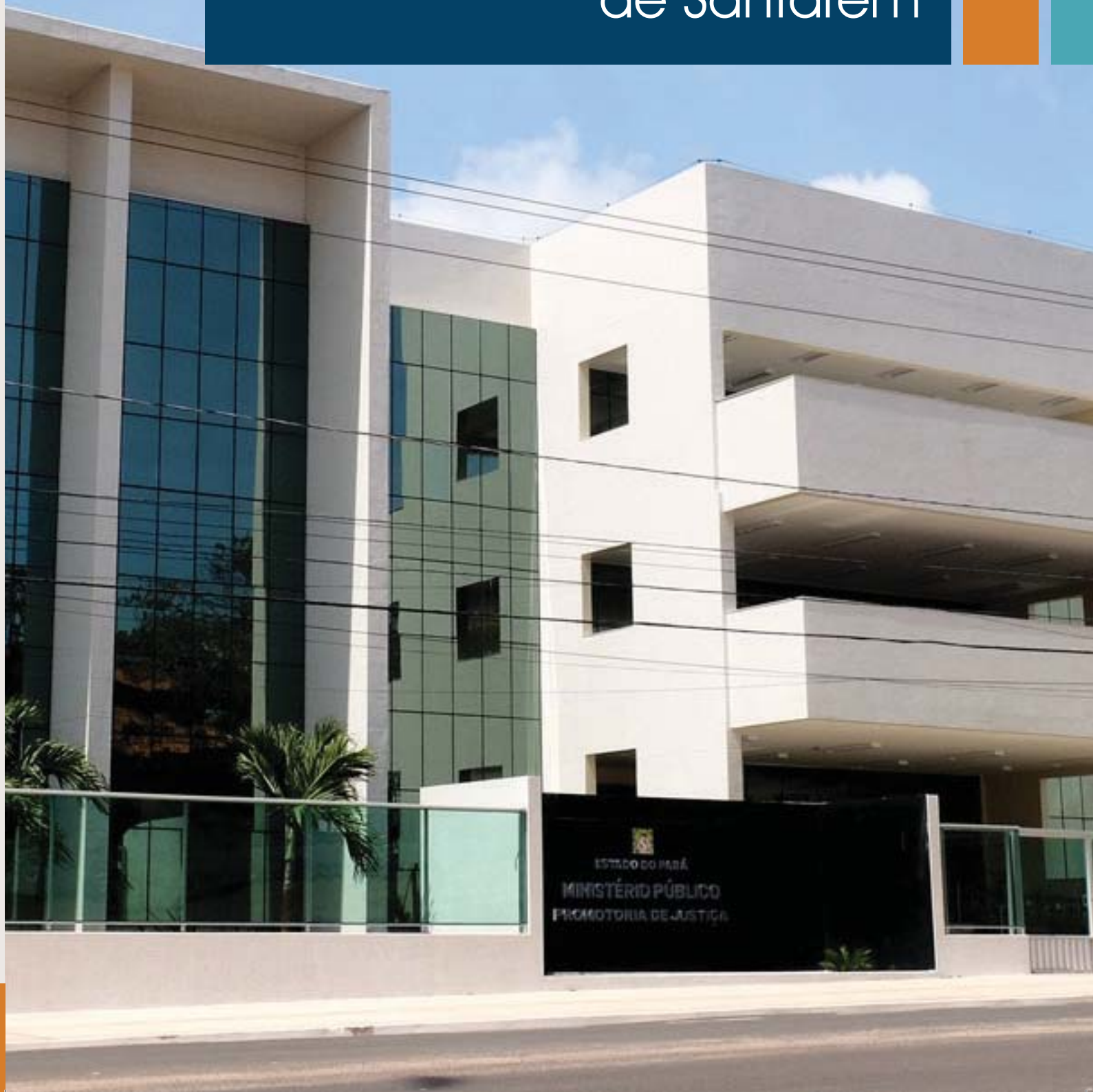


youtube.com/ministeriopublicopa



imprensa@mppa.mp.br

Sede do Ministério Público de Santarém



COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

COLÉGIO DE PROCURADORES

Procurador-Geral de Justiça
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Corregedor-Geral (2013 – 2016)
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Corregedor-Geral (2017-2018)
ALMEIRINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional (2016-2017)
LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional (2013-2016)
JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa (2013-2017)
MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Secretário (2013-2014)
LUIS CÉSAR TAVARES BIBAS

Secretária (2015-2016)
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
CLÁUDIO BEZERRA DE MELO
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
MARIO NONATO FALANGOLA
MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA
MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS
HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
NELSON PEREIRA MEDRADO
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO (2014-2016)

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO SUPERIOR

• BIÊNIO 2013-2014

Procurador-Geral de Justiça

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
(ATÉ MARÇO/2013)

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES (A
PARTIR DE ABRIL/2013)

Corregedor-Geral

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Conselheiros Titulares

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO
MENDO

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
- Secretária

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Conselheiros Suplentes

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS

MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

• BIÊNIO 2015-2016

Procurador-Geral de Justiça

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Corregedor-Geral

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Conselheiros titulares

NELSON PEREIRA MEDRADO

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

*não ocorreu eleição de conselheiros
suplentes, por inexistência de candidatos.

• BIÊNIO 2017-2018

Procurador-Geral de Justiça

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Corregedor-Geral

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Conselheiros Titulares

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO
MENDO

Conselheiros Suplentes

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Cível

SUMAYA SAADY MORHY

FABIA DE MELO-FOURNIER

Cidadania

IVELISE PINHEIRO PINTO

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ

SILVIA BRANCHES SIMÕES

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO

IONÁ SILVA DE SOUZA NUNES

Infância e Juventude

LEANE BARROS FIUZA DE MELLO

MÔNICA REI MOREIRA FREIRE

Constitucional

NELSON PEREIRA MEDRADO (cumulando
com o Núcleo de Improbidade)

IVANILSON PAULO CORREA RAIOL
(cumulando com CAO Criminal)

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS (cumulando
com CAO Meio Ambiente)

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Meio Ambiente

RAIMUNDO DE JESUS COELHO MORAES

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

Criminal

IVANILSON PAULO CORREA RAIOL

MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT

CHEFIA DE GABINETE - PROCUDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2013

JOSÉ MARIA LIMA JÚNIOR

2013-2017

WILTON NERY DOS SANTOS

Sede do
Ministério Público
em Icoaraci

Sumário

O MINISTÉRIO PÚBLICO	11
MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL	12
A GESTÃO EM NÚMEROS.....	14
ENTREVISTA MARCOS NEVES	16
VALORIZAÇÃO DA CARREIRA	
• Isonomia e mais oportunidades aos membros	22
• Um exército de vários homens	24
• Expansão pelo Pará	28
• Valorização vira realidade	32
• Volta às aulas	36
GESTÃO	
• Gestão moderna	40
• Casa nova e identidade própria	44
• Bem perto do interior	50
• Saúde financeira em dia	54
MODERNIZAÇÃO	
• Revolução digital	58
• Parcerias reduzem burocracia	62
RESPONSABILIDADE SOCIAL	
• Transformação social começa na escola	64
SOCIEDADE	
• Cerco à corrupção	68
• Novas práticas, mesmo compromisso.....	72
• Referência no Terceiro Setor	74
• Não à PEC 37	76
• Proteção aos mais jovens.....	79
• Pela paz no campo	80
• Parceiros do Meio Ambiente	82
• Transparência em alta	84
INSTITUCIONAL	
• Segurança além dos muros	86
• Fortalecimento institucional	91
• Por uma gestão de qualidade	92



O Ministério Público

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) está presente em todas as regiões do Estado. A instituição possui Promotorias de Justiça em 115 municípios/distritos paraenses. A sede do MPPA é Belém.

É uma instituição pública permanente e independente, que não integra

o Poder Judiciário nem os Poderes Executivo, o Legislativo ou o Tribunal de Contas. Tem orçamento, carreira e administração próprios.

Atua na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho, à cidadania, entre outros. Fiscal das leis, o MPPA

atua, ainda, na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. Também defende o patrimônio cultural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade, como os das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.

Missão

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania.

Visão

Ser reconhecido como instituição em permanente atuação em todo o Estado do Pará, na articulação das políticas públicas e na mediação dos conflitos sociais. Para tanto, o MPPA vem se organizando, se aperfeiçoando, se modernizando, valendo-se cada vez mais de recursos tecnológicos de ponta, além do aperfeiçoamento de seus membros e servidores.

Valores

O MPPA considera essencial agir com ética, probidade, credibilidade, independência, justiça social, transparência, imparcialidade, responsabilidade socioambiental, acessibilidade, celeridade, efetividade, eficiência.

Mensagem do Procurador-Geral de Justiça

Prezados amigos,

Após quatro anos à frente desta instituição na condição de Procurador-Geral de Justiça, chegou o momento de prestarmos contas. Por duas vezes a classe nos honrou com expressiva votação, confiando-nos a chefia do Ministério Público do Estado do Pará, permitindo-nos plasmar projetos e materializar sonhos, há muito, idealizados por nós.

E nós chegamos a um momento de afirmação e de transição do Ministério Público.

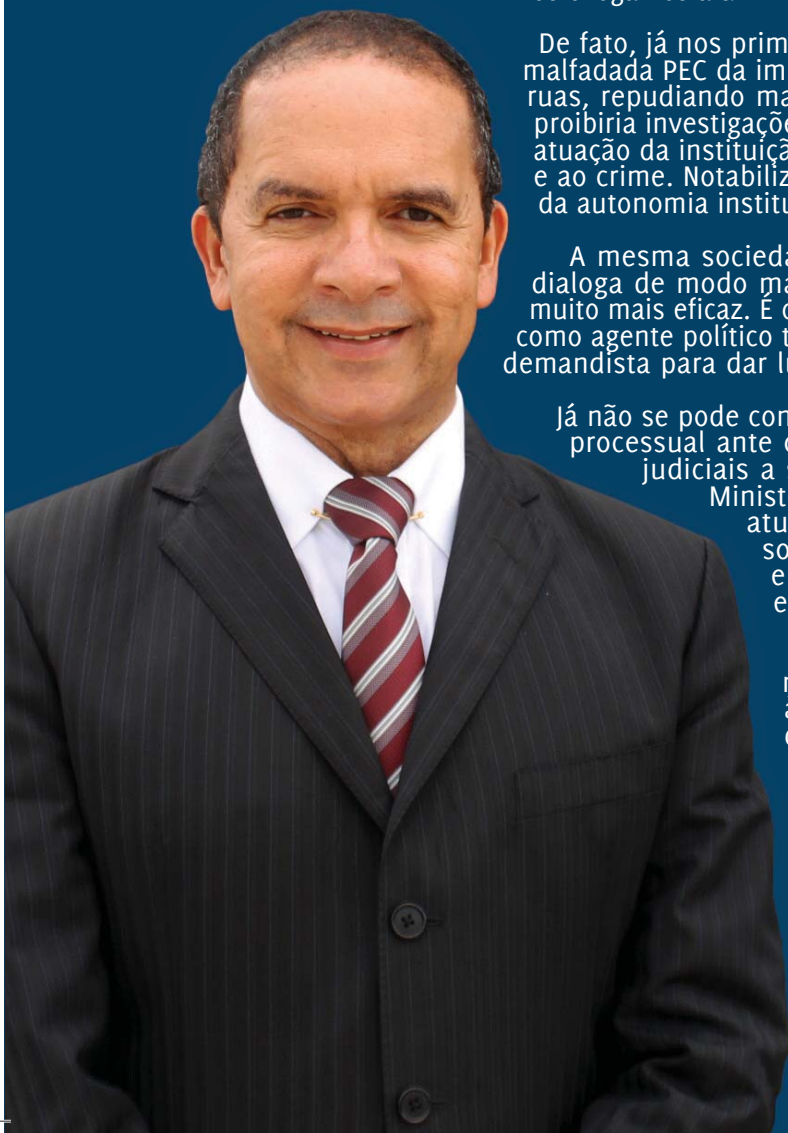
De fato, já nos primeiros meses da nossa gestão, abraçamos a luta contra a malfadada PEC da impunidade, a PEC 37. Ali a sociedade mobilizou-se e foi às ruas, repudiando maciçamente aquele projeto legislativo que, se aprovado, proibiria investigações pelo Ministério Público, prejudicando indelevelmente a atuação da instituição no combate à corrupção, à improbidade administrativa e ao crime. Notabilizou-se naquele momento a afirmação dessa instituição e da autonomia institucional com a chancela de todos os setores da sociedade.

A mesma sociedade que foi às ruas contra a PEC da impunidade, hoje dialoga de modo mais efetivo com a instituição e cobra dela uma atuação muito mais eficaz. É o momento em que a instituição se reafirma e se consolida como agente político transformador da realidade social, abandonando o caráter demandista para dar lugar a um Ministério Público resolutivo.

Já não se pode conceber um Ministério Público que atue como mero agente processual ante o Poder Judiciário, tentando transferir para as decisões judiciais a solução das adversidades que atingem a sociedade. O Ministério Público moderno transforma a realidade social, pois atua de modo preventivo, estreitando as relações com a sociedade, identificando na origem os problemas sociais e fomentando soluções antes que aqueles se convertam em intermináveis ações judiciais.

Assim, com a convicção de que esse é o modelo que mais se amolda às expectativas da sociedade em relação à instituição, na sua missão de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na condição de Procurador-Geral de Justiça buscamos dialogar, arrazoar, ouvir argumentos, enfim, conversar de modo transparente com outras instituições e com os diversos setores da sociedade, numa atuação republicana, livre de pressões, preconceitos ou predominância de interesses.

Trouxemos para a nossa mesa de trabalho as grandes discussões sobre os temas que têm afligido a sociedade paraense e fornecemos todo o apoio necessário ao Órgão de Execução. Mobilidade urbana, tarifa do transporte



público, BRT, saúde, educação, segurança pública são exemplos de temas que passaram sobre nossa mesa.

Procuramos fortalecer a autonomia do Ministério Público, implementando os mecanismos instrumentais necessários para tanto, desde o melhoramento da estrutura física da instituição nas Promotorias do interior à aquisição de programas de computador e aparato tecnológico que fornecem meios eficientes para desenvolver as atividades ministeriais e melhorar o acesso da sociedade à Justiça. Iniciativas como o Programa “Estágio Cidadão” e a terceirização de veículos com motorista são bons exemplos disso.

Investimos na força de trabalho aumentando em mais de sessenta e quatro por cento o efetivo de servidores à disposição da instituição. Criamos cargos de assessores de Promotoria de segunda entrância e, mais recentemente, assessores de Promotorias de primeira entrância, fortalecendo as mesmas com a força de trabalho indispensável para a atuação do Ministério Público.

Com o programa “PGJ Itinerante”, estreitamos o diálogo com os membros e servidores do interior e fomos conhecer de perto suas demandas, vivenciamos as dificuldades e buscamos solucionar de modo mais rápido e eficiente seus problemas.

Ao mesmo tempo, criamos mecanismos que estimulam a permanência do membro e do servidor na Promotoria, sem aumentar despesas para a instituição.

Diminuímos as diferenças. Instalamos câmaras técnicas nos municípios de Santarém, Tucuruí, Marabá, Redenção, Breves, Altamira e Itaituba dotando àquelas Promotorias de Justiça com o suporte técnico necessário para o desenvolvimento das elevadas funções ministeriais.

E por falar em diminuir as diferenças, democratizamos a chefia da instituição com a aprovação na Alepa da Lei Complementar que garante a elegibilidade do Promotor de Justiça para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Após intensa luta, realizamos o XII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Pará e já nomeamos sessenta e cinco Promotores de Justiça. Hoje o interior do Estado vive uma realidade bem diferente daquela externada na Carta do Marajó, escrita pelo bispo da prelazia do Marajó, Dom José Luiz Azcona, que à época relatava, com pesar, os prejuízos materiais e sobremaneira os traumas pessoais a que era submetida a população em decorrência da ausência do Órgão Ministerial.

Com imensa satisfação podemos anunciar que o Ministério Público se faz presente em praticamente todos os municípios do Marajó e de todo o Estado do Pará, com Promotores de Justiça que logo contarão, também, com assessores e câmara técnica.

Nas páginas que seguem delineamos mais pormenorizadamente as inúmeras ações com que temos a convicção de haveremos honrado nossa história nesta instituição e o nosso compromisso de construir e consolidar um Ministério Público mais justo, democrático, participativo e solidário.

Por fim, queremos agradecer aos nossos familiares que souberam compreender e perdoar nossas ausências e também a tantos quantos estiveram próximos de nós nesses quatro anos, compartilhando conosco nossas lutas, nossos sonhos e nossos ideais. Agradecemos, particularmente, aos Procuradores-Gerais de Justiça que nos antecederam, por terem pavimentado essa estrada que hoje trilhamos.

Muito obrigado!

Marcos Antonio Ferreira das Neves
Procurador-Geral de Justiça do Pará

A gestão



Valorização da Carreira

ISONOMIA

Em dezembro de 2014 foi aprovada a Lei Complementar 097/2014, que permite aos Promotores de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Pará, uma demanda histórica da classe.

195

Vagas para remoção de membros foram abertas entre 2013 e 2016.

40

Quantidade de vagas abertas para promoção de membros entre 2013 e 2016.

349

É a quantidade atual de membros do MPPA. Em 2013, eram 307.

INCENTIVO

Para valorizar e estimular a produtividade de membros e servidores, o Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, criou o auxílio-saúde, além de incentivar a acumulação progressiva, entre outras medidas.

R\$ 48,2 milhões

Foi o montante investido de 2013 a 2016 na construção e reforma de imóveis e aquisição de móveis, equipamentos e material permanente.

21

Promotorias de Justiça saíram de dentro dos Fóruns e foram instaladas em novos imóveis entre 2013 e 2017.

1.112

Computadores novos foram adquiridos pela administração entre 2013 e 2017. A maioria foi direcionada ao interior.

64,23%

Percentual de crescimento do efetivo de servidores nos últimos quatro anos

1.263

É a quantidade atual de servidores do Ministério Público do Pará. Em 2013, eram 769 servidores.

FORTALECIMENTO

Entre 2014 e 2016, a Assembleia Legislativa do Pará aprovou projetos de lei do MPPA que criam cargos de assessores de 1ª e de 2ª entrâncias, um avanço histórico que fortaleceu a atuação ministerial no interior.

TÉCNICOS

Em 2016 o MPPA instalou câmaras técnicas no interior: Santarém, Marabá, Redenção, Altamira, Itaituba e Tucuruí receberam o suporte de especialistas para fortalecer as atividades das Promotorias.

5X

Em quatro anos, a administração do MPPA multiplicou por cinco vezes a oferta de cursos para membros e servidores. Foram 113 iniciativas no total.

189

Com a terceirização dos transportes, a frota de veículos do MPPA saltou, em quatro anos, de 123 para 189 carros.

77

Quantidade de municípios paraenses que o Procurador-Geral Marcos Neves visitou durante o programa PGJ Itinerante.



Responsabilidade Social

REVOLUÇÃO NA ESCOLA

Quase 500 alunos de ensino médio da rede pública de ensino passaram pelo programa Estágio Cidadão, criado em 2013 pelo MPPA para incentivar estudantes a defender a educação de qualidade. Os jovens foram capacitados e conseguiram realizar melhorias de estrutura física e pedagógica de escolas.

TUTORES

Criado em 2016, programa Tutoria capacitou jovens do ensino médio da rede pública de Parauapebas para serem tutores de estudantes do ensino fundamental em português e matemática.

24

Jovens já participaram do projeto "Humanização no cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade no âmbito do MP".

em números



Sociedade

90

Desde 2013 foram instaladas mais de 90 investigações criminais, pelo Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção, contra agentes detentores de foro especial no Tribunal de Justiça do Pará por prerrogativa de função (como prefeitos, deputados e magistrados).

NOVAS PRÁTICAS

Em 2015, o MPPA firmou convênio com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Governo do Estado para implantação do Sistema Integrado de Justiça no Propaz Mulher/Deam, que oferece atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual, por meio de serviços essenciais de atenção em um único espaço.

TOP 5

MPPA entra, em 2016, na lista nacional das 5 melhores unidades do Ministério

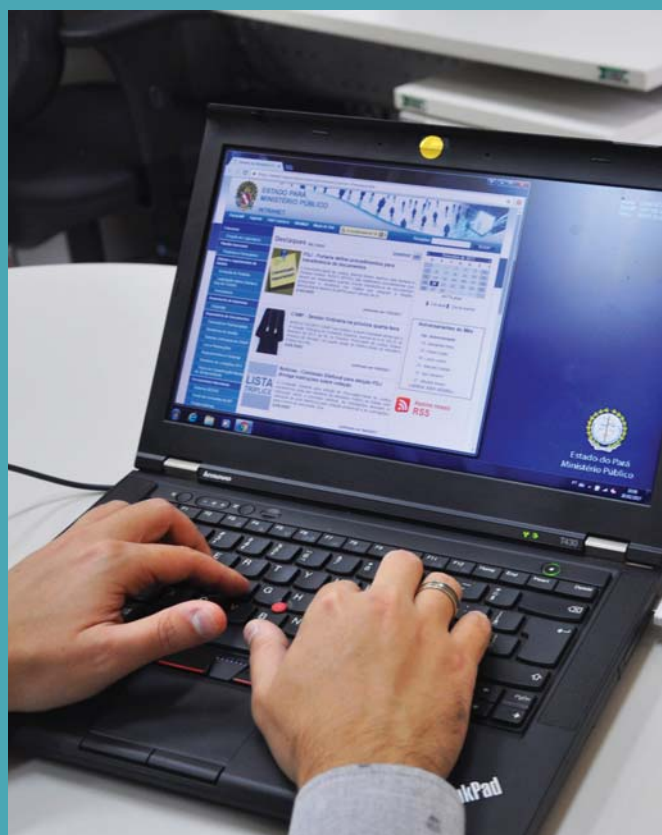
Público no Transparentômetro e cria novas ferramentas para se comunicar com a sociedade.

PROTEÇÃO

Entre 2013 e 2017 o MPPA desenvolveu várias iniciativas direcionadas à preservação dos direitos das crianças e adolescentes, como a parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para combater o trabalho infantil e o acordo com o Ministério Público do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho para o enfrentamento à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes

SIG-FUNDIÁRIO

O sistema de informação geográfica capaz de integrar informações fundiárias de terras públicas e privadas foi um dos projetos que tiveram o apoio do Grupo de Trabalho Agrário, fortalecido nos últimos anos.



Institucional

R\$ 6,5 MILHÕES

Valor aproximado do investimento feito pelo MPPA no setor de segurança pública com recursos oriundos do fundo de reaparelhamento da instituição

17

Importantes Anteprojotos de Lei foram aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça entre 2013 e 2017, como as propostas de criação dos cargos de assessores de 1ª entrância e do auxílio-saúde para membros e servidores.

43

Promotorias de Justiça atendidas com efetivo de policiamento militar em 2017. Quatro anos atrás a quantidade era de 27.

109

Quantidade de resoluções aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça nos últimos quatro anos. Entre elas, as que criaram o programa "Estágio Cidadão" e os Grupos de Atuação Especial na Saúde e no Transporte.



ENTREVISTA

Dever cumprido

Ao chegar ao final do mandato como chefe do MPPA, o Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves comemora a evolução da instituição e revela os principais desafios do mandato.

Aos 58 anos, Marcos Antonio Ferreira das Neves se considera um homem inquieto, um idealista que a todo momento imagina ser possível fazer algo melhor e diferente. “Você tem que acreditar, você tem que ser um idealista. Você tem que, acima de tudo, ter entusiasmo e alegria no que faz”, diz ele. Foi essa inquietude que o motivou a prestar concurso público, em 1983, para Promotor de Justiça e ingressar no Ministério Público do Pará. À época, Marcos Neves acreditava que nessa função poderia lutar contra algumas desigualdades que o incomodavam.

Desde então, já são mais de 33 anos na instituição. Em sua trajetória no MPPA, Marcos Neves atuou nas comarcas de Tomé-Açu, Santarém, São Miguel do Guamá, Bagre, Augusto Corrêa, Bragança e teve sólida atuação em Belém, sobretudo na Promotoria de entorpecentes. Foi promovido, em 1998, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Procurador de Justiça Criminal.

Na condição de Procurador, coordenou as Procuradorias de Justiça de Câmaras Criminais Isoladas, integrou por sete vezes o Conselho Superior do MPPA, foi eleito secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e em diversas oportunidades atuou em substituições na Procuradoria-Geral de Justiça, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Área Jurídico-Institucional e na Subprocuradoria-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa. Em 2011, aliás, exerceu o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Jurídico-Institucional, licenciando-se em 2013 para concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, tendo sido eleito com expressiva votação de seus pares.

Durante a gestão no biênio 2013-2015 teve ampla participação nacional no movimento que derrubou a PEC 37. Entre suas ações, destaca-se a implantação do programa “Gestão Itinerante”, que foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2014. Implantou ainda o programa “Estágio Cidadão”, abrindo oportunidade de aprendizado e cidadania aos alunos de escolas públicas, e melhorias na infraestrutura de várias comarcas, incluindo a inauguração de novas sedes e a realização de benfeitorias nas já existentes.

Em 3 de outubro de 2014 se licenciou para concorrer a recondução ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Passados quatro anos, o mandato encerra em abril de 2017. Na entrevista a seguir, Marcos Neves faz a autocrítica da sua administração e revela os planos para o futuro.

“Eu ficaria preocupado se ninguém atacasse ou se apenas elogiasse o Ministério Público. Quando somos atacados é, em geral, porque estamos incomodando, é porque estamos atuando.”

Qual foi o maior desafio de sua gestão?

Marcos Neves: Creio que o maior desafio de nossa gestão foi fazer mais com menos, além de mudar a realidade social do Estado do Pará e do Ministério Público.

O senhor acha que conseguiu mudar esta realidade?

Marcos Neves: Sim. Evidentemente, ainda não atingimos a situação ideal, mas já demos um grande passo. A título de exemplo, posso dizer o seguinte: quando assumimos, o Marajó sofria com a ausência física do Promotor de Justiça. Mazelas, como a proliferação dos crimes, a exploração sexual e atos de improbidade de agentes públicos, ocorriam sem um combate efetivo. Hoje, com a presença dos Promotores de Justiça, decorrentes do concurso público, o combate a esses problemas se torna mais efetivo. E logo esses Promotores também terão assessores, além de câmara técnica. Ou seja, o Ministério Público está cada vez mais estruturado para atender a demanda social.

Qual era a realidade das Promotorias na época em que o senhor atuava no interior do Estado?

Marcos Neves: Quando eu era Promotor de Justiça no interior do Pará, jamais sonhamos ter a estrutura mínima que hoje os Promotores possuem. Jamais sonhamos ter um assessor, por exemplo. O Ministério



Público era apenas o Promotor, as salas eram dentro de Fóruns, tínhamos uma máquina de escrever, o papel e a folha de carbono. Isso era a Promotoria de Justiça. Era a personificação do Promotor de Justiça. Fazíamos inclusive a limpeza do espaço.

O que mudou em relação ao cenário atual?

Marcos Neves: As demandas ministeriais eram completamente diferentes. O Promotor clássico, esse do passado, mudava pouco ou quase nada a realidade social. Era um Promotor muito mais reativo, que atuava com mais intensidade na esfera judicial e mais particularmente na área penal. Hoje, a sociedade cobra do Ministério Público uma atuação proativa, um Promotor resolutivo, que mude a realidade social. Então, é um outro tipo de Ministério Público que estamos contribuindo para melhorar.

Durante a sua gestão, o senhor falou muito em criar uma identidade própria para o Ministério Público, tirando o Promotor de dentro dos Fóruns. Por quê?

Marcos Neves: O programa “PGJ itinerante” deu a nítida noção da realidade das Promotorias,

em especial no interior, e da necessidade cada vez maior de retirar os Promotores de dentro dos Fóruns para melhorar o atendimento da população e consequentes demandas sociais, que exigem um Promotor além das 14 horas, horário de fechamento dos Fóruns. E, com isso, o Ministério Público ganhou uma identidade própria. Temos mais de 20 projetos nesse sentido em andamento. À medida que o Promotor sai do Fórum a sociedade passa a ver a importância dessa instituição e o papel daquele Promotor.

O senhor teve algum projeto que queria muito realizar, mas não foi possível?

Marcos Neves: O desejo de mudar a realidade social implica em diminuir criminalidade, fazer com que a polícia esteja mais presente nas ruas, oferecer à população acesso à Justiça. Um projeto simples como a lavratura do TCO pela PM até hoje não aconteceu. Conseguimos realizar com a Polícia Rodoviária Federal e vimos que é exitoso, mas com a PM não deu. Outros exemplos são os projetos “Bairro Cidadão”, que implica numa intervenção dos órgãos estaduais e de todo o Ministério Público nos bairros

“O promotor clássico, esse do passado, mudava pouco ou quase nada a realidade social. Hoje, a sociedade cobra do Ministério Público uma atuação proativa.”

para tentar fazer com que a sociedade civil se empodere dos seus direitos, e o de moderação do horário de funcionamento dos bares. Os três projetos têm profundo reflexo na paz social. Mas não foi por falta de empenho.

O senhor teve alguma tristeza no cargo de Procurador-Geral de Justiça?

Marcos Neves: Nós temos muitas alegrias e muitas frustrações, desgastes às vezes desnecessários. Questões internas do órgão se tornaram públicas. O desgaste, a autofagia de alguns representantes da instituição, foi o que mais me entristeceu.

O MP viveu momentos turbulentos como a PEC 37 e o projeto das 10 medidas contra a corrupção. Por que o MP está enfrentando tantas batalhas?

Marcos Neves: Eu ficaria preocupado se ninguém atacasse o Ministério Público ou se todos estivessem elogiando a instituição. Quando somos atacados é, em geral, porque estamos incomodando, é porque estamos atuando. À medida que o Ministério Público atua nas esferas de combate à corrupção e improbidade administrativa de forma mais efetiva, logicamente fere interesses escusos e passa a incomodar.

“O Ministério Público ganhou uma identidade própria. À medida que o Promotor sai do Fórum, a sociedade passa a ver a importância dessa instituição e o papel daquele Promotor.”

Como o senhor avalia os projetos desenvolvidos pelo Ministério Público no processo de transformação social?

Marcos Neves: Idealizamos o projeto “Estágio Cidadão” muito antes de nos tornarmos Procurador-Geral de Justiça, mas só agora foi possível implantar. Com esse projeto transformamos a vida dos estudantes, a realidade da escola e do município. É uma microrrevolução social, em que cada estudante se torna protagonista dentro da escola e da sociedade. Ele faz o diagnóstico da realidade da escola onde estuda e nos mantém informados dos problemas. Precisamos de mais alunos e de mais pessoas engajadas nesse processo. Já o projeto “Tutoria” está só começando e nos enche de orgulho. Fazer com que a escola funcione em tempo integral sem custo para o Estado é um milagre. Estimular os alunos a ampliarem o próprio conhecimento e transmitirem esse conhecimento a outros alunos também é um milagre. Esse compartilhamento melhora o processo como um todo. Tanto o “Estágio Cidadão” quanto o “Tutoria” estimulam os alunos, fazem com que as pessoas acreditem na educação.

O Ministério Público tem papel fundamental no combate à corrupção e o senhor se comprometeu a fortalecer a instituição nesse





sentido. O senhor acha que conseguiu?

Marcos Neves: Sim. Apesar das críticas, nos últimos quatro anos o Ministério Público passou a desenvolver de forma muito mais intensa e coordenada o combate à corrupção e à improbidade administrativa. Prova disso são as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Combate à Corrupção e à Improbidade, coordenado pelo Procurador Nelson Medrado, que recebeu delegação especial do Procurador-Geral de Justiça para processar e investigar prefeitos. O Estado todo sentiu os braços do Ministério Público. Temos a convicção de que foi o período de maior intensidade e de atuação do Ministério Público nesta área. Sem contar que o Núcleo de Combate a Improbidade recebeu, assim como o Gaeco, apoio da administração em todos os sentidos. O próprio Gabinete Militar do Ministério Público hoje é um braço tanto do Gaeco quanto do NCIC. O MP pode realizar suas próprias operações, desenvolvendo investigações e ações dentro do Núcleo de Combate a Improbidade e dentro do Gaeco, um feito inédito na história da instituição.

O que lhe motivou a se candidatar para PGJ?

Marcos Neves: Eu sempre fui um Promotor inquieto e que não se acomoda. Seja como

Promotor em 1983 ou como Procurador-Geral de Justiça, atualmente eu encaro o desafio da mesma forma. Talvez hoje esse desafio seja um pouco maior, pois antes eu não tinha consciência da amplitude da atuação do Ministério Público. À medida que você vai ganhando consciência, você vai entendendo o tamanho de sua responsabilidade. Hoje eu vejo um grande número de Promotores novos todos cheios de entusiasmo, acreditando que podem ser muito mais que burocratas despachadores de processos ou reativos. São Promotores proativos e essa é uma revolução maravilhosa que está ocorrendo dentro do MP. Poder fazer parte dessa revolução dos Promotores de Justiça, dos membros no decorrer desses anos, me deixa muito entusiasmado. Quanto maior a dificuldade para vencer, maior é a alegria ao obter a vitória.

O senhor reassume em abril suas funções de Procurador Criminal. Ainda tem entusiasmo para isso?

Marcos Neves: O espírito inquieto vai continuar. Eu estarei aqui à disposição da futura administração para colaborar no que for preciso, mas eu continuarei sendo aquele Procurador que vai e luta por causas

“O Estado todo sentiu os braços do Ministério Público. Temos a convicção de que foi o período de maior intensidade e de atuação do Ministério Público no combate à corrupção.”

ministeriais. E se quiserem o meu trabalho eu estarei à disposição.

Ao sentar na cadeira de Procurador-Geral, o que alterou na sua rotina?

Marcos Neves: A gente perde um pouco do convívio familiar e social. Mas acredito que os problemas têm a dimensão que nós damos a eles. Hoje mesmo eu li numa parábola que mostra como algumas pessoas transformam um copo d'água numa tempestade e como outras pessoas enfrentam aquela tempestade como se fosse um copo d'água. Eu prefiro enfrentar tempestades como um copo d'água. Esse é um desafio de qualquer atividade que você faça na vida. E a primeira coisa que você tem que ter é entusiasmo, mesmo diante de toda a adversidade, manter o espírito tranquilo, sereno, com alegria.

Valeu a pena?

Marcos Neves: Existe um aforismo que diz o seguinte: "melhor do que 100 anos vivendo na indolência e na preguiça é um só dia vivido com poderoso empenho e coragem". Se você realiza e modifica as coisas para melhor, isso justifica todos os

“Vejo os Promotores novos todos cheios de entusiasmo, acreditando que podem ser muito mais que despachadores de processos. Essa é uma revolução maravilhosa.”

seus dias. O nosso trabalho aqui é fazer com que os Promotores e o Ministério Público cumpram o seu papel, salvem vidas, evitando que crianças, jovens e adolescentes se envolvam na criminalidade, no uso de drogas, fazendo com que a saúde e a escola funcionem. Você salva vidas de muitas formas, aplicando a Justiça. Neste exato momento deve ter um Promotor pensando em salvar uma vida em algum lugar. Só isso já justifica a nomeação de mais de 40 Promotores e dar a eles o apoio de assessores. Há várias formas de a pessoa se realizar.

Que mensagem o senhor deixa para a nova administração?

Marcos Neves: Esperamos que o nosso sucessor tenha bastante entusiasmo, uma vontade inabalável de modificar e melhorar o Ministério Público e que tenha mais habilidade para evitar conflitos. Que seja mais conciliador e pacificador, e que também seja guerreiro, pois será preciso travar muitas batalhas. A paz é fruto da guerra, então se você quer a paz, você tem que travar a guerra. Não existe zona de conforto. ■





VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

Isonomia e mais oportunidades aos membros

Mudança na Lei Orgânica permite que Promotores de Justiça concorram ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

O Ministério Público deu um passo histórico para se tornar uma instituição cada vez mais democrática e isonômica, onde todos são tratados como iguais. Em dezembro de 2014, o Governador do Pará, Simão Jatene, sancionou a Lei Complementar 097/2014, que altera o artigo 10 da Lei Orgânica do MPPA e permite aos Promotores de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Pará, uma demanda antiga da classe. A mudança acompanha o que já ocorre na maioria dos Estados brasileiros.

A Constituição Federal não deixa qualquer dúvida quanto à elegibilidade dos Promotores de Justiça ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, mas o dispositivo constitucional foi erroneamente interpretado e permitiu que o legislador estadual, à época, colocasse obstáculos à legitimidade passiva dos Promotores de Justiça. Com a sanção da Lei Complementar 097/2014 essa distorção foi corrigida. O texto prevê que poderão ser candidatos os integrantes da instituição

maiores de 35 anos e com, no mínimo, dez anos de exercício.

O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, empenhou-se pessoalmente para a aprovação da Lei Complementar, tanto que ele foi o responsável pelo envio e apresentação do referido Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Pará. A Casa Legislativa aprovou, no dia 12 de novembro de 2014, em primeiro e segundo turnos a redação final do Projeto de Lei.

Em decorrência dessa alteração, cinco Promotores de Justiça candidataram-se ao cargo de Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2017-2019. Será a primeira vez que um Promotor estará na chefia da instituição.

Antes de apresentar o projeto à Alepa, o Procurador-Geral Marcos Neves discutiu o assunto com os membros do MPPA e teve o apoio dos Promotores de Justiça. Este diálogo com os membros sobre questões estratégicas para a instituição, aliás, é outra marca do avanço na gestão administrativa da instituição. ▣

Nova redação

A Procuradoria-Geral de Justiça enviou, no dia 2 de outubro de 2014, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o anteprojeto de alteração do artigo 10 da Lei Orgânica. A Casa Legislativa aprovou, no dia 12 de novembro, em 1º e 2º turnos e redação final do Projeto de Lei. Veja abaixo a nova redação do artigo 10 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará:

“O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da carreira do Ministério Público maiores de trinta e cinco anos e com, no mínimo, dez anos de exercício, mediante lista tríplice elaborada na forma desta Lei Complementar, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado, neste caso, o mesmo procedimento”.



Diálogo entre o Procurador-Geral e Promotores: apoio ao projeto que altera a Lei Orgânica do MPPA

Um exército de vários homens

Promotores não trabalham mais sozinhos. Quadro de servidores é reforçado em mais de 64%. Uma das inovações foi a criação de cargos de assessores de 1a e 2a entrâncias.



O exército de um homem só. Por anos essa foi a realidade da Promotoria de Justiça de Chaves, na região do Marajó. Sem servidores ou estagiários para dar apoio às rotinas das Promotorias, era comum os Promotores com atuação no município terem de paralisar atividades naturais para desenvolver trabalhos de arquivologia e outros procedimentos administrativos. Um golpe na produtividade.

Esta realidade mudou em 2016, com a chegada de um servidor e de um estagiário para apoiar as atividades da Promotoria. O salto de produtividade foi considerável, já que o Promotor ganhou fôlego para realizar inspeções, atendimentos e atuar em outros procedimentos extrajudiciais e judiciais. Essa mudança ocorreu também em outros municípios do interior do Estado, que foram beneficiados com o fortalecimento da equipe de trabalho das Promotorias.

Nos últimos quatro anos, a administração do MPPA ampliou a força de trabalho das Promotorias em mais de 64%. A quantidade de servidores saltou de 769, em 2013, para 1.263 em 2016. Além de equipar Promotorias com servidores e estagiários, a administração do MPPA atendeu a uma demanda histórica dos membros ao criar cargos de assessores de 1ª entrância. As nomeações começam ainda no primeiro semestre de 2017, após seleções técnicas realizadas pelas Promotorias. O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, empenhou-se pessoalmente

em ver o Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Pará. Com isso, a partir de 2017, as Promotorias de Justiça passam a contar com apoio inédito de assessores especializados para aumentar a produtividade e eficiência das atividades ministeriais.

Antes disso, em 2014, a Alepa já havia aprovado o Projeto de Lei que cria cargos de **assessor de 2ª entrância**. Desde então, já foram nomeados 130 assessores de Promotorias, entre efetivos e não efetivos, lotados nas diversas regiões administrativas. Foi a concretização de um sonho de décadas, que culminou com mais um passo importante no fortalecimento da instituição, dotando as Promotorias com a estrutura de pessoal necessária para otimizar o desempenho e melhorar cada vez mais a qualidade do atendimento.

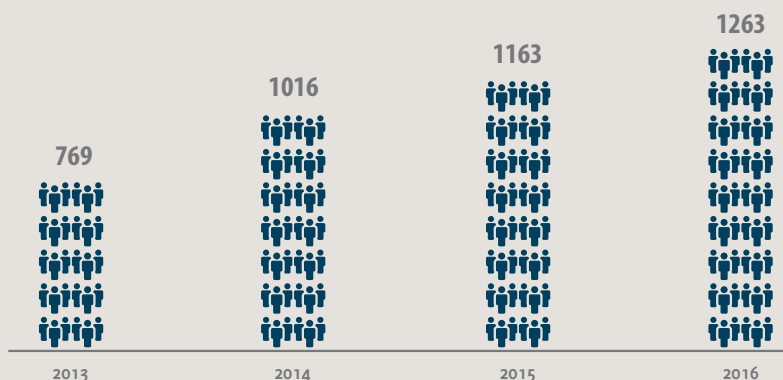
As melhorias chegaram também à capital. As **Procuradorias de Justiça receberam um segundo assessor**. No total, 18 novos assessores já tomaram posse.

64,23%
*É o percentual de
aumento do efetivo
de servidores nos
últimos quatro anos*

Fôlego novo às Promotorias

Várias Promotorias de Justiça receberam reforço, nos últimos quatro anos, com a chegada de novos servidores.

Evolução Servidores 2013-2016



Outubro de 2015: posse dos assessores das regiões administrativas Nordeste I, II, III e Marajó I.

Apoio ao 2º grau

As Procuradorias de Justiça receberam um segundo assessor para fortalecer a atuação ministerial perante o Tribunal de Justiça. No total, 18 novos assessores já tomaram posse.



junho de 2015: posse dos novos assessores de procuradores



Câmaras chegam ao interior

O trabalho de fortalecimento da atuação dos Promotores de Justiça continuou em julho de 2016, com a criação da primeira câmara técnica no interior do Estado. O Baixo Amazonas foi a primeira região administrativa a ter uma câmara técnica própria para apoiar os Promotores de Justiça, com a nomeação de assessores especializados para atuar a partir de Santarém.

Em setembro do mesmo ano, foram instaladas as câmaras técnicas nos municípios de Marabá, Redenção, Altamira e Itaituba, e empossados os novos especialistas em contabilidade e engenharia. Na sequência, foi a vez de Tucuruí instalar a sua câmara técnica.

Os assessores especializados de apoio técnico-operacional judicial e extrajudicial do interior atuam diretamente com os Promotores em inspeções e em procedimentos de investigação de improbidade administrativa e em outros atos de Promotorias instaladas em 44 municípios, distribuídos nas Regiões Administrativas do Baixo Amazonas, Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I e Sudoeste II do MPPA. Com a iniciativa, a instituição passa a dispor de um total de seis câmaras técnicas,

***Santarém,
Tucuruí, Marabá,
Redenção,
Breves, Altamira
e Itaituba agora
têm apoio técnico***

conhecidas como Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati), no interior do Pará.

Antes da instalação das câmaras técnicas, os Promotores do interior tinham restrições para desenvolver alguns procedimentos, como inspeções em escolas. Em razão das grandes distâncias do território paraense, nem sempre os técnicos especializados lotados em Belém conseguiam se deslocar a tempo para apoiar as Promotorias de primeira e segunda entrâncias. “Não temos conhecimento técnico em engenharia, por exemplo, para avaliar um imóvel. Com a Câmara Técnica, agora temos este respaldo”, comenta a Promotora Jane Cleide, de Marabá. ▣



*Baixo Amazonas (Santarém) foi a primeira região administrativa do MPPA, no interior, a ter uma câmara técnica própria.**



Solenidade de posse dos novos assessores técnicos das Regiões Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I e Sudoeste II.

Expansão pelo Pará

A realização de concurso público e a implementação de inovações administrativas aumentam a capilaridade dos serviços do MPPA.



Em 2013 o Ministério Público apresentava uma carência considerável de cargos na capital e no interior do Pará. Quando assumiu a gestão, naquele ano, Marcos Neves encontrou na estrutura do MPPA um total de 451 cargos, sendo 307 providos, 95 vagos e 49 não instalados. Dos 95 cargos vagos, as Promotorias de 1ª e 2ª entrâncias apresentavam maior carência, contabilizando 26 e 61 cargos, respectivamente.

Em todo o Pará havia comarcas com Promotorias instaladas e sem Promotor designado por falta de membros. O déficit era considerável. Na 3ª entrância, por exemplo, de um total de 113 cargos instalados, havia 7 vagos. Na 2ª entrância a situação era ainda pior: com 137 cargos instalados, 26 estavam vagos. Os municípios que estavam sem Promotor eram atendidos de forma precária em sistema de acumulações de cargos, em comarcas diferentes.

Em abril de 2013, os municípios de 1ª entrância apresentavam uma carência de membros em percentual de 50,5% do total de cargos instalados. Com 121 cargos, 61 estavam vagos. As regiões mais carentes eram as mais desatendidas. Eram os casos, por exemplo, de Brasil Novo, Juruti, Portel, Senador José Porfírio, Breu Branco, Jacareacanga, Ulianópolis e pelo menos outros 37 municípios de primeira entrância.

As providências para elevar o padrão estrutural do Ministério Público foram tomadas. Entre elas, a realização do 12º Concurso do Ministério Público do Estado, cujo resultado foi homologado em 28 de maio de 2015. A meta inicial era nomear 50 Promotores. Mas a administração da instituição foi além, e mesmo diante das

condições econômicas adversas do país, fez um esforço e nomeou 67 novos Promotores de Justiça. Como cinco pediram exoneração, 62 membros ingressaram na instituição.

Outro grande passo foi a **reconfiguração das regiões administrativas** em blocos mais homogêneos. A iniciativa se deu a partir de um estudo de viabilidade de concentração das atividades de apoio operacional às Promotorias de Justiça em relação a grande extensão territorial do Estado. A administração apresentou proposta para que a nova configuração das regiões administrativas ocorresse em blocos mais homogêneos, com base na afinidade de necessidades. Dessa forma, as 10 regiões administrativas que concentravam os 144 municípios foram reorganizadas em 15 regiões.

O **remanejamento de cargos de Promotorias** foi mais uma conquista dos últimos quatro anos. Em estudo que considerou o contingente populacional e o número de processos em tramitação nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Bom Jesus de Tocantins e Santa Cruz do Arari, que não possuíam varas judiciais instaladas, foi apresentada

349
é a quantidade
atual de membros
do Ministério
Público do Pará

Procurador-Geral Marcos Neves empossa novos promotores de Justiça: MPPA presente em todo o território paraense.



ao Colégio de Procuradores proposta de remanejamento desses cargos para os municípios de Ipixuna do Pará e Anapu, onde o Judiciário instalou comarcas, e no município de São Félix do Xingu, onde foi criada uma segunda vara judicial. Na capital, houve o remanejamento de um cargo da Promotoria de Infância e Juventude para a Promotoria de Direitos Constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Com apoio do planejamento de dotação orçamentária, foram instalados 9 cargos de Promotoria de Justiça dos 49 remanescentes. As coordenadorias também foram ampliadas quando a Procuradoria-Geral de Justiça submeteu proposta ao Colégio de Procuradores, que aprovou a criação das coordenadorias das Promotorias de Justiça de Benevides e Santa Izabel do Pará.

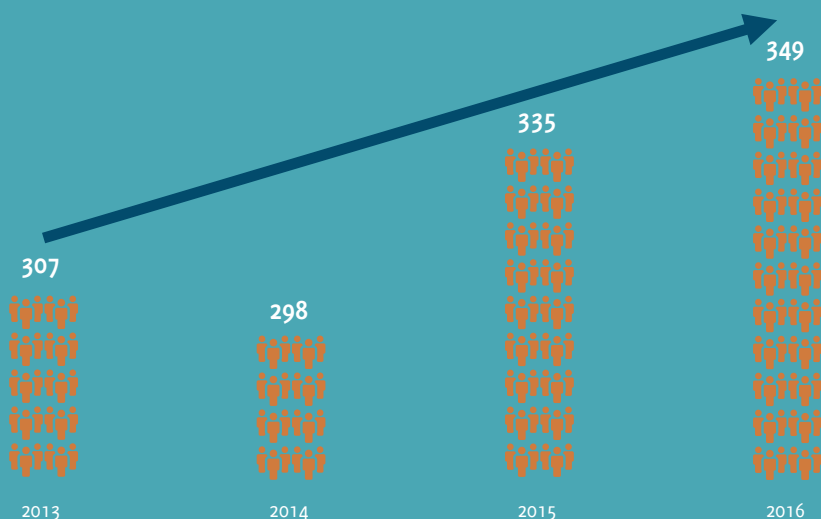
Em que pese o órgão ainda possuir 62 cargos vagos, sendo 7 na terceira entrância, 14 na segunda entrância e 41 na primeira entrância, a nova configuração das regiões administrativas, o suporte de coordenações nos polos, a dotação de suporte técnico humano, a integração de sistemas processuais, a facilidade de comunicação entre as Promotorias e sede do Ministério Público, dão à instituição, hoje, uma nova feição. A qualidade da prestação jurisdicional do Ministério Público à população cresceu consideravelmente. ▣

Crescimento robusto

Com as medidas adotadas pela administração do Ministério Público, em quatro anos o quantitativo de membros saltou de 307 para 349, um crescimento de quase 18%, o que possibilitou a expansão da presença do MPPA no território paraense.

CARGO	PROVIDO		VAGO	
	2013	2016	2013	2016
Procurador	30	31	1	0
PJ 3ª Entrância	106	108	7	7
PJ 2ª Entrância	111	130	26	14
PJ 1ª entrância	60	80	61	41
TOTAL	307	349	95	62

 Quantidade de membros (2013 - 2016)



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Bem-vindos, promotores

Entre 2015 e 2016 o Colégio de Procuradores de Justiça realizou pelo menos oito sessões para empossar novos Promotores de Justiça. Veja alguns momentos:



Julho de 2015: 37 empossados



Julho de 2015: 2 empossados



Agosto de 2015: 1 empossado



Outubro de 2015: 1 empossado



Março de 2016: 14 empossados



Julho de 2016: 3 empossados



Setembro de 2016: 5 empossados



Valorização vira realidade

Servidores podem participar de concursos de remoção, usufruir de auxílio-saúde e indenizar férias e licenças-prêmios. Inovações que incentivam.

Ao longo de quatro anos, a administração do Ministério Público, manteve-se aberta a ouvir pessoalmente as demandas de membros e servidores. É uma forma de criar um ambiente mais participativo e efetivo para todos, com foco no aprimoramento estrutural, eficiência, economicidade e no reconhecimento e valorização de seus colaboradores. O saldo dessa liberdade para o diálogo foi a adoção de medidas que produziram vários benefícios para os servidores e, consequentemente, para a instituição.

Dentre as conquistas, destaca-se a **atualização de diárias dos servidores**. Através de conversas com os servidores, sobretudo do interior do Estado, a administração avaliou a necessidade de ajustar os valores pagos para custear despesas nas viagens oficiais. A partir daí, foi editada em 2015 a Portaria nº 7953/2015, atualizando em 26,48% os valores das diárias pagas aos servidores, destinadas à cobertura de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, atendeu a uma outra demanda antiga dos servidores. Em 2015, editou portaria autorizando a realização de concursos de remoção, inclusive para regiões administrativas diferentes da lotação original. Com isso, servidores de Parauapebas, por exemplo, puderam concorrer e ser removidos para atuar na região administrativa de Belém. Um avanço que incentiva os servidores e gera ganhos de qualidade de vida aos trabalhadores.

O incentivo a uma melhor qualidade de vida, aliás, foi uma das motivações para a Procuradoria-Geral de Justiça criar, em 2015, o auxílio-saúde para membros e servidores. O benefício foi possível a partir da aprovação, em dezembro daquele ano, do Projeto de Lei nº 395/2015 pela Assembleia Legislativa do Estado (Alepa). O auxílio-saúde era um sonho de mais de 20 anos e representa um benefício a mais para membros e servidores, que já contavam com o apoio do Departamento Médico Odontológico (DMO), responsável por realizar atendimento médico, odontológico, psicológico e por campanhas, como a de vacinação e o "MP Saudável". De 2013 a 2016, o DMO ganhou novos equipamentos odontológicos, médicos e de segurança, passou por manutenção predial e realizou mais de 53 mil atendimentos.

Outra garantia que a Administração Superior conseguiu entre 2013 e 2017 foi a incorporação de gratificações aos

salários dos servidores. O Projeto de Lei nº 394/2015 converte em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI) a verba denominada "Art. 39, §3º, cc Art. 7º, VI da CF", instituída pela Resolução nº 006/2001-MP/CPJ, paga aos servidores do Ministério Público a título de irredutibilidade de vencimentos. A VPNI integra a base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária. Com isso, fica garantida aos servidores a sua incorporação aos proventos da aposentadoria e da disponibilidade.

Todas as medidas foram adotadas para estimular membros e servidores. Em 2016, a administração deu pelo menos mais um passo nesse sentido. Primeiro, ao publicar Portarias que estabelecem o quantitativo de vagas em cada nível que compõe o sistema de carreira do servidor do MPPA e os critérios para promoção por merecimento. Marcos Neves, tomou a medida para fortalecer a meritocracia nas promoções dos servidores.

A indenização de férias e licença-prêmio foi adotada para estimular o aumento de produtividade dos servidores

E segundo, ao enviar à Alepa o Projeto de Lei que permite a indenização de férias e licença-prêmio dos servidores do MPPA. Marcos Neves empenhou-se pessoalmente para esclarecer os deputados e defender a aprovação da proposta. O Projeto de Lei 179/2016 foi aprovado e permitiu aos servidores ativos converterem férias e licença-prêmio, não gozadas há mais de 2 anos, em pecúnia. Um projeto único e inovador em todo o Pará, que reduz os passivos trabalhistas antecipando um direito que só poderia ser exercido anos mais tarde, por ocasião da aposentadoria ou da exoneração do servidor. Já a Lei Complementar Estadual nº 088, de 2013, possibilitou a indenização de férias e licença-prêmio de membros. ■

Procurador-Geral Marcos Neves e diretores de departamentos do MPPA: benefícios resultaram do diálogo com membros e servidores.



AUXÍLIO-SAÚDE

O Projeto do Lei 395/2015 foi aprovado em dezembro de 2015 pela Alepa.



VPNI

O Projeto de Lei no 179/2016 converte em Vantagem Pessoal Nominal Identificável a verba denominada "Artigo 39".



EQUIPARAÇÃO

Garantia da isonomia entre os valores da gratificação de função pagos às chefias de unidade de apoio da capital e do interior.



INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

O Projeto de Lei No 179/2016 e a Lei Complementar No 088/2013 permitem aos servidores e membros, respectivamente, converterem férias e licença-prêmio em pecúnia.



ATUALIZAÇÃO DE DIÁRIAS DOS SERVIDORES

Em 2015 foi emitida a Portaria 7.953/2015, atualizando em 26,48% os valores da diárias pagas aos servidores, destinadas à cobertura de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Benefícios a membros, servidores e à instituição

Confira as principais medidas adotadas pela administração, entre 2013 e 2016, para valorizar e estimular a produtividade de membros e servidores.



AUXÍLIO-MORADIA

Sancionada em dezembro de 2014, a Lei 8.087/2014 concedeu auxílio-moradia aos membros do Parquet com atuação nas comarcas onde não haja residência oficial condigna.



REMOÇÃO PARA SERVIDOR

Foi emitida a Portaria possibilitando a transferência de município. A mesma tinha como maiores demandantes os servidores do interior.



INDENIZAÇÃO DO PLANTÃO INSTITUCIONAL

A Lei Complementar Estadual nº 088/2013, criou a indenização do plantão institucional anteriormente inexistente aos membros do MPPA.



ESCALONAMENTO

A Lei 7.735/2013 garantiu a redução do escalonamento entre Promotores de Justiça, de 10% (valor anterior) para 5% (valor atual em 2017). Avanço significativo para quem trabalha no interior.



LICENÇA-PATERNIDADE

Com a assinatura das Portarias 34/2017-MP/PGJ e 35/2017-MP/PGJ, os pais passam a ter o período da licença-paternidade prorrogado de 10 para 20 dias. A licença-paternidade vale para membros e servidores do MPPA nos casos de nascimento, adoção ou guarda judicial para fins de adoção.



PERCENTUAL DE ACUMULAÇÕES

A Lei 7.736/2013 garantiu a melhoria no percentual das acumulações. Desde então, as acumulações saíram de 10% e passaram a ser nos percentuais de 15%, 20% e 25%.



MERITOCRACIA

Foram publicadas as portarias 5241/2016 e 5242/2016, que estabelecem o quantitativo de vagas em cada nível que compõe o sistema de carreira do servidor do Ministério Público do Estado do Pará e os critérios para promoção por merecimento.



AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O benefício existe desde 2013 e já foi reajustado em 37% desde então.

Volta às aulas

Administração investe em cursos para membros, servidores e estagiários e, em quatro anos, capacita mais de 10 mil pessoas.



Promotores de Justiça atualizam conhecimentos durante curso de direito eleitoral

As pessoas são, sem dúvida, o bem mais precioso do Ministério Público do Estado do Pará. São elas que edificam a instituição e fornecem os serviços ministeriais à sociedade. Por isso, qualificar membros, servidores e estagiários sempre esteve entre as metas da administração superior, que entende ser fundamental aprimorar as habilidades, a capacidade intelectual e a técnica da força de trabalho da instituição.

O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, e a administração do Ministério Público trabalharam no fortalecimento das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (CEAF), cuja missão é ministrar cursos de formação e de aperfeiçoamento profissional, promover, organizar e realizar seminários, palestras, debates e outras atividades.

Um sinal do investimento nos cursos é o crescimento da oferta. Entre 2013 e 2016 foram realizadas 123 atividades, entre cursos, seminários e congressos. Estas iniciativas reuniram 10.214 participantes.

Além dos cursos oferecidos pelo MPPA, também foi ofertado apoio financeiro a membros e servidores para participação em eventos externos, mantendo a instituição fiel às suas diretrizes e prioridades quanto

à formação e capacitação, fixadas no Plano Plurianual e no Programa de Formação Inicial e Continuada.

O CEAF também ganhou maior protagonismo. Em 2014, o centro passou a coordenar internamente e gerenciar a logística dos cursos ofertados em parceria com a Escola de Governo, antes feito pelo Departamento de Recursos Humanos para fomentar a formação continuada de servidores do MPPA. Em quatro anos o número de capacitados chegou a um total de 251 pessoas, entre servidores e membros.

No período de 2013 a 2016 houve a publicação das revistas anuais do Ministério Público, que disseminaram o conhecimento produzido no âmbito jurídico, especialmente no MPPA, contribuindo para a formação do processo doutrinário nacional. A revista é produzida integralmente pelo CEAF e divulgada por todo o território nacional, sendo um dos canais de transmissão de conhecimento a partir do Norte do país. Em março de 2017 houve ainda a publicação do Livro Improbidade Administrativa - Lei n. 8429/92 e a Jurisprudência dos Tribunais, obra de grande valor para a defesa da probidade, pois contempla os principais julgados envolvendo a Lei da Improbidade. ▣



Servidores participam de curso sobre linguagem brasileira de sinais



Oportunidade de aprendizado

Só em 2016 o Ministério Público do Pará ofereceu mais de 60 cursos em diferentes áreas do conhecimento para estimular a capacitação de membros, servidores e estagiários.



Curso sobre tribunal do júri



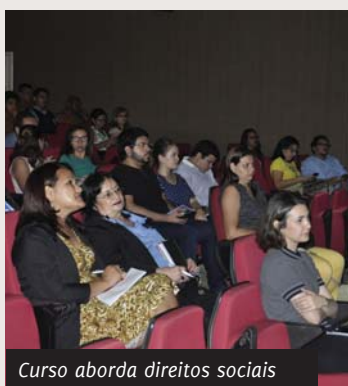
Dworkin em pauta



Um dos cursos tratou sobre a ética jurídica



Curso sobre os direitos da criança



Curso aborda direitos sociais



Gestão de contratos

• Conhecimento ao alcance de todos



• Apoio aos Estudos



Vários membros e servidores tiveram apoio extra para estudar, nos últimos quatro anos, em razão do subsídio financeiro oferecido pelo MPPA.

convênios fortalecem trabalhos técnicos

Ao longo dos últimos anos o MPPA firmou acordos importantes com instituições de pesquisa e órgãos da administração para desenvolver atividades de capacitação em cooperação. Confira os principais:

2013

MPPA firmou Convênio de Cooperação Técnica, Científica e Acadêmica com a Universidade Federal do Pará (UFPA) a fim de promover a mútua cooperação técnica, científica e acadêmica dos setores da universidade atuantes no setor sócio agroambiental com as atividades do MPPA, em especial aquelas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Agrário e Promotorias de Justiça Agrárias e Promotorias de Justiça com atribuição em matéria ambiental no acompanhamento das ações voltadas à adequada gestão fundiária, agrária e ambiental no Pará. O convênio possibilitou à instituição a realização do Curso de Aperfeiçoamento em Direito Agrário para membros e servidores.

2015

Uma parceria com o MEC resultou no II Encontro do Ministério Público do Estado do Pará com o Ministério da Educação. O evento foi coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cidadania e possibilitou uma discussão sobre a importância da gestão participativa na área da educação. Participaram do evento membros, servidores e estagiários da instituição. O principal objetivo foi subsidiá-los a fomentar o exercício da gestão participativa na efetivação do direito à educação.

2016

MPPA assinou o Termo de Cooperação com o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA), entidade de apoio científico da Universidade de São Paulo (USP) que visa elaborar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, abrangendo a participação de membros e servidores e suplementarmente de outros profissionais com atuação em área vinculada às funções institucionais do MPPA visando a capacitação e aperfeiçoamento funcional.

GESTÃO

Gestão moderna

Gestão investe na terceirização de serviços acessórios, como o de transporte e limpeza. Resultado: redução de gastos e aumento da produtividade de Promotorias.



Você já parou para pensar quanto custa manter anualmente o seu carro? Combustível, seguro, IPVA, troca de peças, estacionamento...é uma soma considerável. Agora, multiplique essa somatória por 86. Era isso que o Ministério Público do Pará fazia antigamente, quando mantinha integralmente, por conta própria, a frota de 86 veículos oficiais. Além de inchar o orçamento da instituição, as despesas com veículos prejudicavam a produtividade das Promotorias, pois muitas vezes os veículos apresentavam problemas e deixavam membros e servidores na mão.

“Quando assumimos a gestão, muitos veículos estavam parados nas garagens das Promotorias por problemas mecânicos. O Promotor não conseguia entregar uma notificação. Demorava e custava tanto reparar que às vezes nem compensava consertar”, lembra o Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves. A saída, ele recorda, foi inovar e terceirizar serviços de apoio às Promotorias. Nos últimos quatro anos, o MPPA realizou licitações para terceirizar o serviço de transporte e de limpeza predial. Na área de transporte, o impacto positivo foi imediato. Além de cortar gastos com manutenção, seguro e impostos, por exemplo, foi possível aumentar a cobertura do serviço.

O MPPA disponibilizou veículos com motor-

R\$ 8,2 milhões

Foi o montante investido pela administração do MPPA, nos últimos quatro anos, em bens permanentes na área de patrimônio.

Motoristas da Promotoria de Santarém e limpeza em Belém (foto ao lado): terceirização reduziu as despesas da instituição



istas para diversas Promotorias, passando de 37 terceirizados em 2013 para 110 em 2017.

Somando todos os veículos disponíveis (a maioria modelos hatch), a frota teve um crescimento de 64%. Além disso, foi implantado o serviço de monitoramento por meio de satélite e foram aperfeiçoados os contratos de locação eventual. Antes não havia possibilidade de se locar veículos temporariamente em qualquer município do Estado. Essa iniciativa possibilitou, por exemplo, que as operações do Grupo de Atuação no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) passassem a acontecer com independência e de forma mais eficiente.

“Hoje, se um carro que atende uma Promotoria der problema, em 24 horas o prestador de serviço troca o veículo e o serviço da Promotoria não para”, explica Marcos Neves.

Pela primeira vez na história, o Ministério Público contratou terceirizados para a execução da limpeza predial em imóveis com mais de 600m², serviço oferecido juntamente com os materiais de limpeza. Com isso, os servidores efetivos que antes faziam serviços de limpeza foram realocados em outras atividades, como apoio a rotinas administrativas,

o que contribuiu diretamente para reforçar a mão de obra das Promotorias e aumentar a capacidade para atender as demandas. A medida deu tão certo que o ano de 2017 iniciou com licitações em andamento para a contratação de garçons, recepcionistas e telefonistas.

Apesar de utilizar a estratégia da terceirização como método administrativo para reduzir gastos e estimular a produtividade, a administração fez investimentos vultosos em bens permanentes do MPPA. Na área de patrimônio, por exemplo, foram investidos mais de R\$ 8,2 milhões entre 2013 e 2017. Desse total, foram investidos mais de R\$ 7,2 milhões na troca e ampliação de mobiliário de Promotorias.

A terceirização dos serviços de transporte e limpeza geral não ocorreu por acaso. Essa medida está alinhada ao planejamento estratégico do MPPA, que prevê, entre outros pontos, aprimorar a transparência, a eficiência operacional, a integração e o alinhamento institucional, o desenvolvimento de pessoas, a inovação e a comunicação, a tecnologia da informação e o orçamento, a infraestrutura e a logística. O planejamento prevê que as Procuradorias, Promotorias e unidades de apoio desenvolvam projetos alinhados às temáticas citadas. ▣

A terceirização dos serviços de limpeza geral foi implantada em Promotorias de maior porte, com mais de 600m². Servidores antes responsáveis pela limpeza foram realocados em novas funções.



A limpeza terceirizada foi implantada gradativamente em Promotorias de maior porte, como Ananindeua, Santarém e Marabá

Frota reforçada

Em 2013, o MPPA tinha uma frota de 123 veículos, sendo que a maioria estava em estado precário e 30% dos automóveis estavam parados com defeito. Apenas 35 municípios eram atendidos. Com a terceirização, o cenário mudou consideravelmente.



123
total da frota
de veículos

2013

35
municípios
atendidos pela
frota



184
novo
quantitativo
de veículos

2016

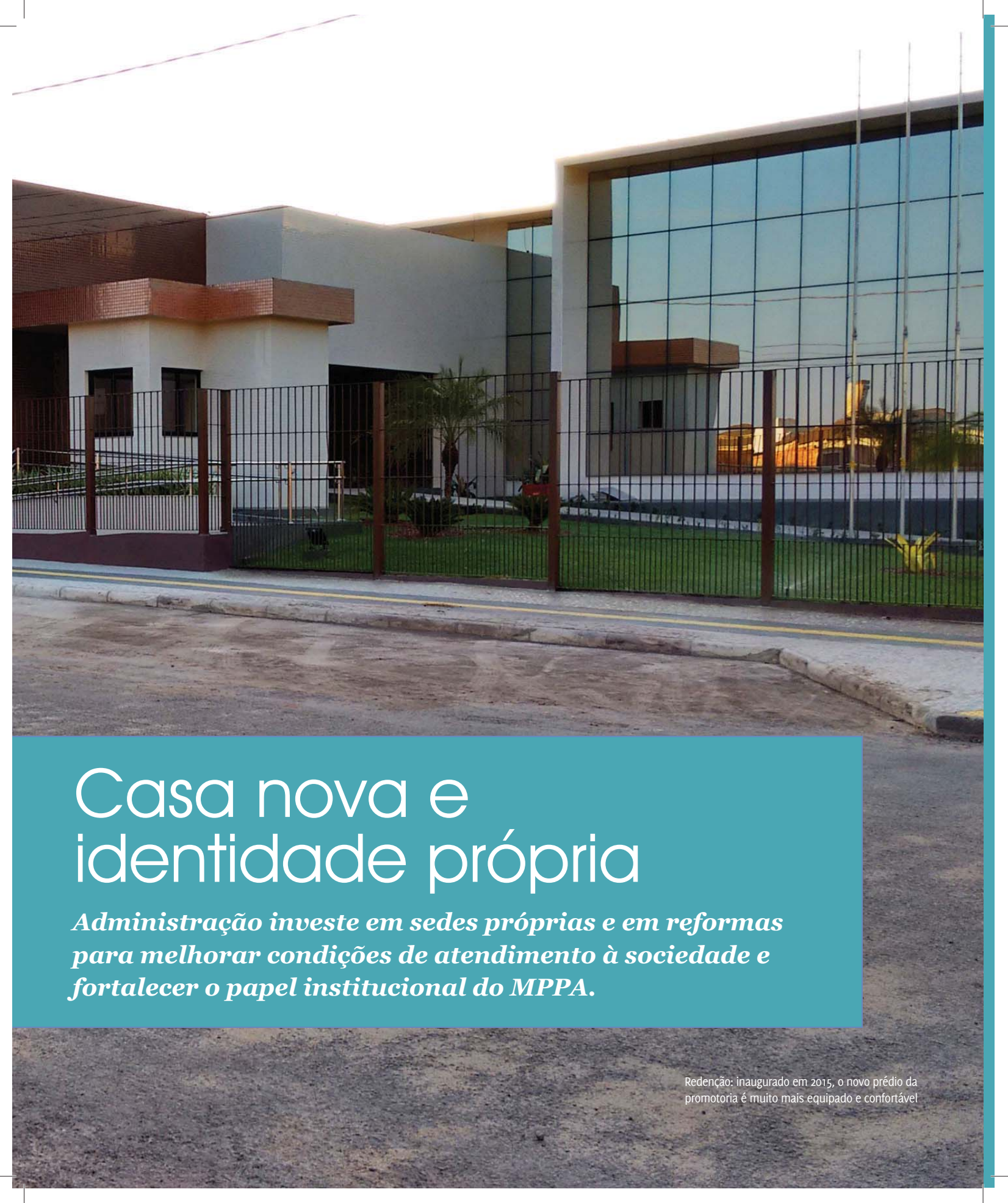
55
municípios
atendidos após
a terceirização



+ 297%

É o percentual
de crescimento
da frota de
veículos
terceirizados



A photograph of a modern building with a large glass facade and a metal fence in the foreground. The building has a white and brown color scheme. The glass reflects the surrounding environment. The fence is made of vertical metal bars. The foreground is a paved area.

Casa nova e identidade própria

Administração investe em sedes próprias e em reformas para melhorar condições de atendimento à sociedade e fortalecer o papel institucional do MPPA.

Redenção: inaugurado em 2015, o novo prédio da promotoria é muito mais equipado e confortável

Quando precisa acionar um serviço do Ministério Público, a população de Redenção, no sudeste paraense, se desloca a uma das Promotorias de Justiça mais bem equipadas do Brasil. Inaugurada em 2015 pelo Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, a sede da instituição na cidade está instalada em um imóvel amplo, com área construída de 1.550 m², 10 gabinetes com antessalas para Promotores de Justiça, auditório para 90 pessoas, espaço para custódia, recepção, estrutura interna e externa adequada às normas de acessibilidade além de estar em sintonia com as boas práticas ambientais. O MP de Redenção é o primeiro prédio da instituição a dispor de sistema de captação de águas pluviais para reuso em descargas e irrigação e, ainda, de uma estação de tratamento de esgoto.

A Promotora de Redenção é um exemplo concreto do investimento feito pela administração na infraestrutura da instituição para aperfeiçoar o atendimento à sociedade e oferecer melhores condições de trabalho a membros e servidores. “O novo prédio de Redenção evoluiu e acompanha a grandiosidade do município e do órgão”, comemora a Promotora de Justiça de Redenção, Herena Melo.

Durante a gestão do Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves, o MPPA investiu mais de R\$ 44 milhões em obras, reformas, locações, projetos e na manutenção predial de Promotorias de Justiça. Neste período, foram inaugurados três prédios novos próprios do MPPA. Para se ter uma ideia dos investimentos, foram concluídas, entre 2013 e 2017, nada menos do que 27 reformas em Promotorias de Justiça

(ver detalhes no gráfico). Também foram efetuadas 16 locações de imóveis para abrigar Promotorias de Justiça do interior. Os investimentos continuaram em 2017, já que estão em andamento três projetos para construção de Promotorias de Justiça e ao menos seis obras para construção ou ampliação de sedes da instituição.

Melhorar a estrutura do MPPA no interior foi uma diretriz administrativa do Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves, que decidiu retirar as Promotorias dos Fóruns para melhorar o acesso da população aos serviços ministeriais e fortalecer a identidade institucional. Entre 2013 e 2017, 21 Promotorias de Justiça saíram de dentro dos Fóruns e foram instaladas em novos imóveis. Apesar disso, o Ministério Público manteve a sua sala nos Fóruns, conforme determina a Constituição, para servir como apoio ao trabalho de membros e servidores.

A expectativa é fazer com que a instituição, a médio e longo prazo, possua sua própria estrutura física no interior, a partir da construção das sedes próprias. Há condições favoráveis para o crescimento e para as mudanças que são propostas, mesmo com algumas dificuldades e limitações para a execução das obras, como, por exemplo, o perfil das construtoras que vencem os certames e a disponibilidade orçamentária.

Outra estratégia para fortalecer o Ministério Público no interior foi o aluguel de imóveis para servirem como Promotorias de Justiça. Entre as 16 locações realizadas, uma ocorreu em Rondon do Pará, no sudeste do Estado. Por muitos anos a Promotora de Justiça funcionou em uma sala de 12m² no Fórum da cidade. O MPPA acabava visto como

integrante do Judiciário. Hoje já não é mais assim. Em 2015 a Promotora ganhou sede própria: um imóvel alugado, amplo, com recepção, dois gabinetes, sala de reunião, banheiros e copa. Desde então, membros e servidores do MPPA que atuam em Rondon do Pará são conhecidos como integrantes do Ministério Público. “As pessoas já reconhecem e sabem diferenciar o que é o Ministério Público e o que é o Fórum”, comenta Luciana Nascimento, auxiliar administrativa do MPPA.

As obras e melhorias na infraestrutura das Promotorias foram executadas pelo Departamento de Obras e Manutenção do MPPA, sob supervisão da Procuradoria-Geral de Justiça e da Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa.

Ocupando uma sede própria o MPPA melhora o acesso da população aos serviços e reforça a identidade institucional.



Nova sede de Santarém foi inaugurada em dezembro de 2016

Estruturas modernas e sob medida



Icoaraci

ICOARACI: a Promotoria foi inaugurada em 2014. Possui dois pavimentos, 12 gabinetes, salas de apoio técnico, salas de audiência e auditório.



Ananindeua

ANANINDEUA: a Promotoria passa por importantes modificações que incluem a reforma do prédio atual e a construção de um prédio anexo. ▣

Baixo Amazonas ganha sede compatível com seu crescimento

A última inauguração ocorreu em dezembro de 2016, quando Santarém ganhou uma nova sede, um prédio de três pavimentos e 3.472 m² de área construída. São 21 gabinetes, auditório para 280 lugares, miniauditório para 55 pessoas, salas de apoio técnico para as Promotorias da infância e juventude, com sala adequada para guarda de menores, setores de protocolo, distribuição de processos, secretaria e três salas de audiências. Na área externa, estacionamento para 35 veículos, motos e guarita de segurança. As obras foram conduzidas nas gestões dos ex-Procuradores-Gerais Geraldo Rocha e Eduardo Barleta, e a inauguração realizada por Marcos Neves. Todo o prédio foi projetado de acordo com as normas de segurança e acessibilidade, com rampas de acesso, piso tátil, dois elevadores e banheiros adaptados para pessoas com deficiência.



O Procurador-Geral e Justiça Marcos Neves inaugura a nova sede de Santarém

Antes e depois

Ao longo dos últimos quatro anos, as reformas e outras obras reestruturaram Promotorias de Justiça de diferentes regiões do Pará. O interior foi o principal beneficiado com os investimentos em estrutura física. Veja alguns exemplos das transformações positivas realizadas desde 2013.

Capanema



Marituba



Tailândia



Parauapebas



Raio-x das obras

A estrutura do MPPA está sendo fortalecida. Além de inaugurar sedes próprias, a administração colocou em andamento reformas e projetos para construir novas Promotorias. Confira as iniciativas realizadas entre 2013 e 2017:

7

Residências oficiais adaptadas em Promotorias, como o realizado em Prainha, na região Baixo Amazonas

11

Autorizações concedidas para transformar residências oficiais em Promotorias

3

Projetos de novas Promotorias em andamento

27

Reformas concluídas, como as obras, em Belém, de ampliação do espaços que abrigam as Promotorias de Defesa Comunitária da Cidadania; Consumidor; Pessoas com Deficiência, Idosos e de Acidentes de Trabalho; Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo; contando ainda com o Núcleo de Informações Relativas às Pessoas Portadores de Deficiência

21

Promotorias de Justiça saíram de dentro dos Fóruns e foram instaladas em novos imóveis

16

Locações de imóveis concretizadas

6

Obras de construção ou ampliação de Promotorias em andamento, como a de Monte Alegre



4

Reformas em andamento

2

Obras de novas Promotorias em fase de licitação



Obras em andamento

- Altamira
- Castanhal
- Ananindeua
- Paragominas
- Monte Alegre
- Conceição do Araguaia



Reformas concluídas

- Redenção
- Santarém (residência oficial)
- Marituba (estacionamento)
- Tucuruí (prédio locado)
- Parauapebas (prédio locado)
- Capanema
- Itaituba (prédio locado)
- Belém (prédio Anexo II)
- Belém (prédio Anexo I)
- Belém (reforma e acessibilidade para o prédio sede)
 - Belém (prédio do CEAf)
 - Belém (prédio do DMO)
 - Belém (prédios das Promotorias Constitucional e Infância e Juventude)
 - Belém (MP e A Comunidade)
 - Salinópolis (reforma)
- Marituba
- Tailândia
- Igarapé-Miri (reforma da PJ)
- Canaã dos Carajás
- Bonito
- Limoeiro do Ajuru
- Faro
- São João de Pirabas
- Óbidos

Reformas em andamento

- Altamira (prédio locado)
- Marabá
- Altamira (residência)
- Maracanã

Locações

- Tucuruí
- Castanhal
- Belém (Sede do Gaeco, Promotoria Militar e Núcleo de Combate à Improbidade)
- Mãe do Rio
- Igarapé Miri
- Tomé-Açu
- Santa Isabel do Pará
- Rondon do Pará
- Muaná
- Canaã dos Carajás
- Santana do Araguaia
- São João de Pirabas
- Pacajá
- São Domingos do Araguaia
- Irituia

Obras em licitação

- Parauapebas
- Moju
- Cametá

Obras em projeto

- Abaetetuba
- Santa Isabel
- Benevides
- S. Felix do Xingu
- Belém (Ouvidoria)

Bem perto do interior

Programa PGJ Itinerante percorre todas as regiões do Pará, agiliza tomada de decisões e fortalece as Promotorias de 1ª e 2ª entrâncias.



Procurador-Geral Marcos Neves e servidores da Promotoria de Paragominas: encontros presenciais para conhecer a realidade da instituição

Por mais de duas décadas a Promotoria de Justiça de Prainha funcionou em uma sala acanhada, medindo pouco mais de 10m², dentro do Fórum do município, com espaço restrito para locomoção e sem banheiro. A realidade mudou. Hoje, o Ministério Público possui sede própria na cidade. Funciona na antiga residência oficial do Promotor, um imóvel com 103m², antessala, gabinete, salas para arquivo e reuniões e copa.

Esta transformação foi resultado concreto da passagem do programa “PGJ Itinerante” pelo município. E foi rápido: a mudança ocorreu em abril de 2016, cerca de 2 meses após a comitiva do “PGJ Itinerante” visitar o município e conhecer a realidade do trabalho da equipe local. O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, visitou as instalações de trabalho e autorizou de imediato a transformação da residência oficial em Promotoria. Com a mudança para a nova sede, a produtividade da Promotoria cresceu consideravelmente.

Esta agilidade na tomada de decisões é uma das principais características do “PGJ Itinerante”. O programa foi criado em 2013 para integrar a administração superior do Ministério Público do Estado do Pará à atuação das Promotorias de Justiça do interior do Estado. O programa consiste em reuniões de trabalho entre o Procurador-Geral de Justiça e gestores do MPPA com os membros e servidores de Promotorias do interior. Nas reuniões, a comitiva faz um levantamento de demandas de cada Promotoria, que podem ir desde questões estruturais até a capacitação de servidores, e define encaminhamentos.

Durante os quatro anos de existência o programa acumula 18 edições e visitas a 77 municípios paraenses, nos quatro cantos do Estado. Marcos Neves é o único Procurador-Geral que percorreu todas as 15 regiões administrativas do MPPA. As viagens nem sempre foram fáceis. A comitiva do “PGJ Itinerante” percorreu estradas de terra, cruzou rios em lanchas e balsas e encarou horas de voo em aviões bimotor para visitar Promotorias localizadas em municípios remotos, como Jacareacanga, divisa com Amazonas e Mato Grosso.

Os resultados concretos do programa renderam um reconhecimento: em 2014, o “PGJ Itinerante” foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, figurando como boa prática de gestão e com inegável importância para o aprimoramento da atuação da instituição. ▣

“A mudança possibilitou a criação da identidade do MPPA, que antes era atrelada ao Poder Judiciário, ao Fórum.”

*Diego Ferreira,
Promotor de Justiça de Prainha*



Acesse
www.youtube.com/MinisterioPublicoPA
e assista vídeos sobre a passagem do PGJ Itinerante por municípios do interior.



Resultados concretos

Durante os 4 anos de existência, o “PGJ Itinerante” acumula 18 edições e visitas a 77 municípios paraenses. As visitas às Promotorias do interior guardam alguns desafios, como percorrer estradas sem pavimentação e cruzar longas distâncias pelos rios amazônicos. Veja alguns resultados práticos do programa.

- Equiparação salarial entre servidores do interior e de Belém
- Melhorias do acesso à internet em pelo menos 18 Promotorias, como Acará, Abaetetuba e Breves.
- Conserto ou disponibilização de veículo para 22 Promotorias, entre elas Monte Alegre, Curionópolis, Jacundá, Breu Branco, Santarém, Marabá e Novo Progresso.
- Instalação de sedes próprias do MPPA em Acará, Prainha e em outros cinco municípios.
- Disponibilização de novos servidores ou estagiários para Anajás, Goianésia e ao menos outras 24 Promotorias do interior.



Prainha: pausa para o gado passar



São Geraldo: acesso por voadeira

O programa acelerou a instalação de promotorias e a modernização da estrutura física

Bem-vindos ao interior do Pará

Durante os quatro anos de existência o programa “PGJ Itinerante” acumula 18 edições e visitas a 77 municípios paraenses, nos quatro cantos do Estado. Veja as cidades percorridas.

Abaetetuba
Acará
Alenquer
Altamira
Ananindeua
Aurora do Pará
Baão
Barcarena
Belém (Mosqueiro)
Benevides
Brasil Novo
Breu Branco
Breves



Acará: inspeção às instalações da residência oficial



Juruti: lancha encalha no Rio Amazonas



Altamira: pneu furado na Transamazônica



Santana do Araguaia: reunião de madrugada

Cachoeira do Arari
Canaã dos Carajás
Capanema
Castanhal
Colares
Conceição do Araguaia
Concórdia do Pará
Curionópolis
Curuçá
Dom Elizeu
Goianésia
Igarapé-Açu
Igarapé-Miri

Inhangapi
Ipixuna
Irituia
Itaituba
Jacareacanga
Jacundá
Juruti
Mãe do Rio
Marabá
Maracanã
Marapanim
Marituba
Medicilândia

Moju
Monte Alegre
Nova Timboteua
Novo Progresso
Novo Repartimento
Óbidos
Oriximiná
Ourilândia do Norte
Pacajá
Paragominas
Parauapebas
Peixe Boi
Porto de Moz

Praíha
Redenção
Rio Maria
Rondon do Pará
Rurópolis
Salvaterra
Santa Izabel do Pará
Santa Maria do Pará
Santana do Araguaia
Santarém
São Domingos do Araguaia
São Feliz do Xingu
São Francisco do Pará

São Geraldo do Araguaia
São João do Araguaia
São Miguel do Guamá
Senador José Porfírio
Soure
Tomé-Açu
Tucumã
Tucuruí
Ulianópolis
Uruará
Vigia
Xinguara

Saúde financeira em dia

Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves entrega o Ministério Público com as contas em dia e saneado para o próximo gestor.



Quando assumir, em abril de 2017, a chefia do Ministério Público do Pará, o novo Procurador-Geral de Justiça terá em mãos uma instituição sólida financeiramente, com as contas saneadas. É o saldo de uma administração austera, comandada pelo Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves entre 2013 e 2017, e que executou despesas em conformidade à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mesmo com a chegada de novos membros e servidores, com investimentos em infraestrutura e a expansão da atuação do MPPA nos últimos anos, a instituição manteve as contas em dia. Para o controle dos gastos, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o total das despesas com pessoal não poderia exceder 2% da Receita Corrente Líquida e 1,9% do Prudencial. O percentual apurado do exercício de 2016 foi de 1,4305%, mostrando claramente acatamento na gestão dos recursos.

Além de deixar saldo em conta, a Procuradoria-Geral de Justiça, com apoio da Assessoria de Planejamento, conseguiu sensibilizar a Assembleia Legislativa do Pará a manter o repasse financeiro do mesmo percentual que vinha sendo destinado à instituição nos últimos anos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ou seja, 5,15% da Receita Líquida Resultante de Impostos para o ano de 2017. Os parlamentares reconheceram o quanto a instituição aumentou suas atividades em todo Estado, ampliando e instrumentalizando as Promotorias. Entenderam ainda que seria extremamente danosa à sociedade e ao órgão a redução de qualquer percentual.

Na necessidade de expansão institucional ficou demonstrado aos parlamentares e ao Governador do Estado o número de Promotores de Justiça e servidores que a instituição possui atualmente e a importância desses integrantes para atender os municípios do Pará.

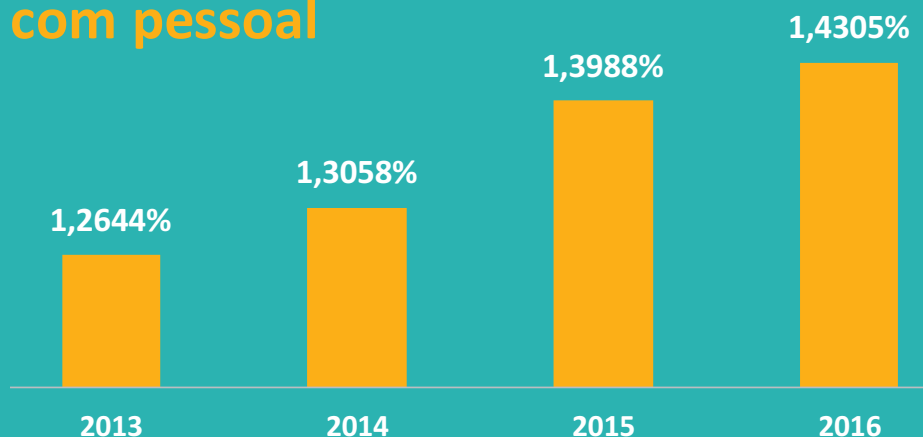
A Procuradoria-Geral de Justiça também liderou mobilização interna e estruturou, em 2015, o Plano Plurianual do MPPA para o quadriênio 2016/2019. O PPA, um dos instrumentos do planejamento estratégico e operacional da instituição, reflete uma gama de iniciativas previamente discutidas e detalhadas por membros e servidores, aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para serem executadas durante os quatro anos. ▣

A administração manteve o equilíbrio fiscal nos últimos anos e ainda assim fez investimentos de vulto em infraestrutura e pessoal.

Sob controle

Mesmo com a chegada de novos membros e servidores ao quadro do Ministério Público, a instituição manteve as despesas com pessoal abaixo dos 2% da Receita Corrente Líquida, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Despesas com pessoal



Equilíbrio necessário

No quadriênio 2013/2016, todos os avanços do MPPA foram realizados com equilíbrio entre os ingressos financeiros – recursos ordinários e receitas próprias – e as respectivas despesas. São cinco as fontes de ingressos e três macrocategorias de gastos, a seguir descritas:

INGRESSOS 2013 A 2016

						R\$1,00
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	TOTAL	▲
Recursos do Tesouro Estadual	347.052.373	381.927.199	432.021.985	443.879.038	1.604.880.595	27,90
Fundo de Reparelhamento	1.212.930	1.476.670	1.160.982	1.331.279	5.181.861	9,76
Rendimento da Aplicação Financeira	4.635.588	8.463.858	12.044.308	14.571.469	39.715.223	214,34
Convênios	5.788	5.844	-	-	11.632	-
Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência	27.800.486	37.331.341	49.450.103	42.163.130	156.745.060	51,66
TOTAL	380.707.165	429.204.912	494.677.378	501.944.916	1.806.534.371	131,85

Fonte: SIAFEM

- Notas:
- a) Este espelho trata dos ingressos financeiros ocorridos. Sobre as fontes de recursos acima é preciso considerar:
 - a.1) Os “Recursos do Tesouro Estadual” são o repasse da Cota Devida pelo Poder Executivo e o IRF apropriado;
 - a.2) O “Fundo de Reparelhamento” são receitas próprias do MPE para fins de reaparelhamento institucional;
 - a.3) Os “Rendimentos da Aplicação Financeira” são receitas próprias do MPE, oriundos de rendimentos de aplicação financeira.
 - a.4) Os “Convênios” são receitas próprias do MPPA, oriundos de captação externa de recursos;
 - a.5) Os “Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência” correspondem aos valores que financiam a despesa previdenciária do MPPA, excluída a complementação previdenciária e devoluções que compõem o saldo da conta contábil 61230000 / 451120200.
 - b) Nesta tabela não consta a fonte de “Superávit Financeiro”, oriunda de saldos de recursos ordinários não utilizados em anos anteriores, mas que também são utilizados para o financiamento da despesa ministerial.

DESPESAS REALIZADAS 2013 A 2016

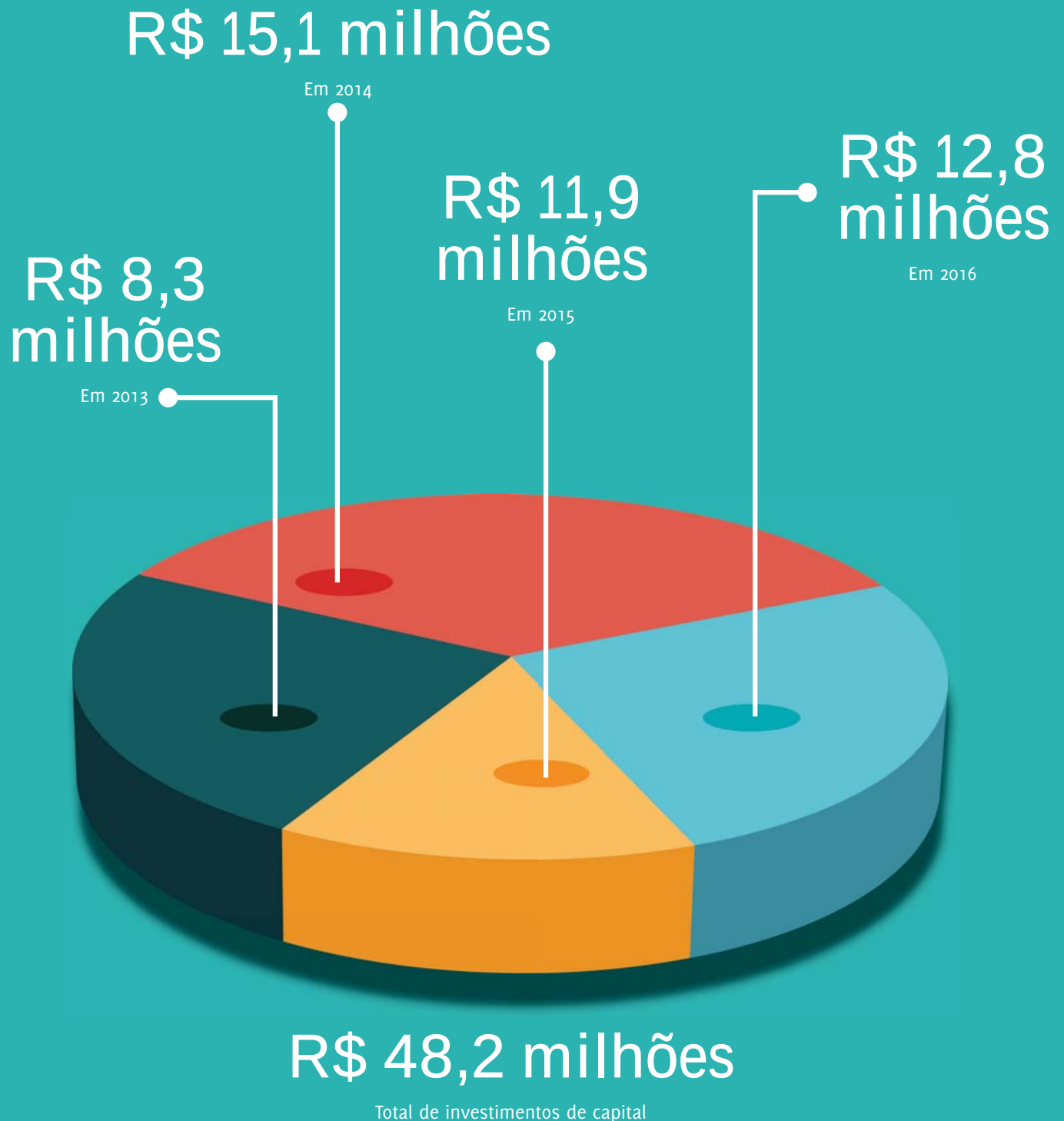
						R\$1,00
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	TOTAL	▲
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	296.622.561	324.736.574	380.220.492	407.162.891	1.408.742.518	37
ATIVOS	232.809.182	264.457.276	313.720.246	342.830.685	1.153.817.389	-
Membros	141.106.901	151.661.997	181.236.613	189.928.277	663.933.788	-
Servidores	91.702.281	112.795.279	132.483.632	152.902.408	489.883.600	-
INATIVOS	36.973.595	37.269.644	41.446.171	41.390.088	157.079.498	-
PENSIONISTAS	26.839.784	23.009.654	25.054.075	22.942.117	97.845.631	-
CUSTEIO	51.737.473	56.883.390	73.395.845	87.376.677	269.393.384	69
CAPITAL	8.394.726	15.103.140	11.937.796	12.811.787	48.247.450	53
TOTAL	356.754.760	396.723.103	465.554.133	507.351.355	1.726.383.351	42

Fonte: SIAFEM

- Notas:
- a) No espelho acima, as despesas foram distribuídas pelas categoria de gastos Pessoal, Custeio e Capital
 - b) No espelho acima está considerada a execução de despesa por todas as fontes de recursos, inclusive Superávit Financeiro
 - c) Na coluna de evolução percentual reflete o crescimento em pessoas, custeio e aparelhamento institucional, no período entre 2013 e 2013, necessário para o atendimento das demandas da sociedade paraense.

Investimentos em alta

Além de manter as contas em dia o Ministério Público conseguiu fazer grandes investimentos em capital, que correspondem a construção e reforma de imóveis e a compra de móveis, equipamentos e material permanente. Confira a evolução dos investimentos ao longo dos últimos quatro anos.



MODERNIZAÇÃO

Revolução digital

Administração moderniza os equipamentos de informática e amplia o acesso à internet para garantir melhor atendimento à sociedade.



Há quatro anos o Ministério Público do Pará vive uma espécie de revolução digital. Desde 2013, a instituição adquiriu novos notebooks, desktops e estações de trabalho para modernizar os equipamentos de informática utilizados por membros e servidores. Além disso, investiu na infraestrutura de rede para melhorar e ampliar o acesso à internet nas diferentes regiões do Estado.

Até pouco tempo, promotorias do interior e até mesmo unidades do MPPA na capital, não tinham acesso à internet.

O MPPA adquiriu 812 novos computadores do tipo desktop e 300 notebooks, que foram destinados a Promotorias do interior e da capital. Detalhe: a administração mudou uma lógica antiga, em que os equipamentos novos eram destinados aos membros e servidores da capital, que cediam os usados para o interior. Desde 2013, o interior recebe equipamentos novos. A instituição também adquiriu 50 estações de trabalho (workstation), possibilitando o desenvolvimento mais célere de atividades técnicas.

O Ministério Público investiu ainda na melhoria das redes lógica e sem fio (wi-fi) em todo o Estado, disponibilizando-as em todos os municípios que contam com serviço de conexão à internet. Na sede nova do município de Santarém, por exemplo, foi instalada uma rede com 500 pontos lógicos e capacidade de atender até 1.000 equipamentos conectados via wi-fi simultaneamente.

Na esteira desta melhoria, a administração acabou com um drama antigo de promotorias do interior, o de não possuir acesso à internet. Ao longo dos últimos anos o MPPA celebrou contratos com a

Prodepa e com fornecedores locais de internet, o que possibilitou viabilizar internet a todas as Promotorias do Pará. Em 2013, a instituição conseguia oferecer, por conta própria, internet segura e com serviço constante a apenas 11 imóveis institucionais. Hoje, 58 imóveis contam com internet provida pelo próprio Ministério Público.

Houve ganho também na velocidade de conexão, posto que a somatória de velocidades de acesso antes era de 28 Mbp/s. Atualmente, com os dois contratos com a Prodepa, chega-se a 254 Mbp/s. Um exemplo é o acesso do prédio-sede, que saltou de 16 Mbps para 100 Mbps. Além dessa forma de acesso, a partir de 2016 o MPPA contratou três operadoras de conexão à internet via modem portátil, ampliando significativamente o acesso individual dos Promotores, que podem locomover-se dentro do Estado sem perder o acesso.

Também foi necessário ampliar e profissionalizar o serviço de pasta virtual, tendo em vista o crescimento do uso deste por sua popularidade, usabilidade e aumento de usuários. Após licitação, ampliou-se a capacidade de armazenamento, que já estava saturado de 40 terabytes, para mais de 340 terabytes.

Houve ainda a necessidade de migração de solução de backup desenvolvida pela própria equipe do Departamento de Informática, baseada em sincronização de arquivos e armazenamento em um servidor físico localizado no datacenter da sede do MPPA, para uma solução automatizada, com a aquisição de solução especializada de backup de empresa com experiência nesta atividade, contendo protocolos, licenças, serviço de implantação e treinamento.

Melhoria de acesso

Os investimentos em informática permitiram viabilizar o acesso à internet a todas as Promotorias do Pará. Também trouxeram outros benefícios.

Imóveis atendidos
com internet
própria do MPPA



11 em 2013

58 em 2017

Velocidade de
conexão no edifício-
sede (em Mbps)



16 em 2013

100 em 2017

1.112 computadores novos foram
adquiridos entre 2013 e 2017

Novas tecnologias agilizam trabalhos

Eliminar deslocamentos desnecessários, ganhar em eficiência operacional, reduzir os custos com ligações e passagens aéreas para participar de reuniões presenciais. Essas são as grandes vantagens da utilização da videoconferência no Ministério Público do Pará. A tecnologia está disponível desde setembro 2016, quando o órgão inaugurou a comunicação por videoconferência.

Essa nova tecnologia permite a integração entre membros e servidores de diferentes municípios paraenses. O lançamento oficial ocorreu durante a cerimônia de instalação

das câmaras técnicas de apoio especializado nas cidades de Marabá, Redenção, Altamira e Itaituba. Toda a solenidade foi compartilhada por videoconferência, sem que os profissionais precisassem estar em Marabá, local do ato.

Os municípios de Belém, Marabá, Altamira e Itaituba foram os primeiros a dispor de equipamentos próprios de videoconferência, porém, outras cidades-polo receberão em breve a tecnologia. A proposta é usar o recurso não apenas nas reuniões e eventos internos do MPPA, mas também nas audiências com

o Judiciário e outras instituições.

Outra ferramenta que resultou em ganhos significativos para o Ministério Público do Estado foi o Gerenciador Eletrônico de Documentos (Gedoc), lançado em maio de 2016. O Gedoc representou um salto de qualidade e economia para o MPPA, já que o sistema eletrônico elimina o trâmite de papéis em vários procedimentos internos, dando maior eficiência aos processos, e permite uma economia de mais 60 mil folhas de papel por ano.

O avanço da prestação do serviço de conexão



Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves empossa novos assessores do Gati por meio de videoconferência

à internet de forma constante e segura, nos mais diversos municípios do Estado, permitiu o aperfeiçoamento e expansão do Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP), um banco de dados digital dos procedimentos que tramitam no MPPA. Antes o sistema era concentrado na capital e não compartilhava informações entre os órgãos de execução. Hoje, atinge Promotorias em todos os polos administrativos, estando presente em 76% dos cargos de Promotor/Procurador de Justiça. Ao longo dos últimos quatro anos o sistema foi instalado em 44 municípios. ▣

A administração viabilizou acesso à internet a todas as Promotorias de Justiça, resultado de investimentos em infraestrutura e de contratos com novos provedores.



Cerimônia foi acompanhada em tempo real na capital

Parcerias reduzem burocracia

Acordos como os celebrados com o Ministério Público Federal e Centro de Perícias Renato Chaves facilitam acesso a dados e aceleram procedimentos.



Investir em inovação tecnológica é fundamental para fomentar o desenvolvimento das instituições públicas nos dias de hoje. No caso do Ministério Público, isso se aplica também às parcerias com outras instituições para compartilhar iniciativas exitosas. Desde 2013, foram dados passos importantes a fim de melhorar ainda mais os serviços e respostas do MPPA à sociedade. Em 2013, por exemplo, foi implantado o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba). Um software disponibilizado pelo Ministério Público Federal aos MP's estaduais que permite o tráfego, pela internet, de dados bancários entre instituições financeiras e os órgãos públicos, mediante prévia autorização judicial.

O serviço é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o MPPA, por meio do Centro Apoio Operacional Criminal, e o MPF. O Simba agilizou o trabalho do Promotor, que atualmente obtém os dados oriundos de quebra de sigilo bancário de forma muito mais simplificada e sem a necessidade de uma equipe de auditores para consolidá-los. No MPPA, a ferramenta é utilizada pelo Grupo Especial de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e Núcleo de Combate a Improbidade Administrativa e a Corrupção (NCIC).

Outra parceria que representou um grande avanço para a instituição foi a disponibilização da consulta on line dos laudos de perícias do Instituto Médico Legal. Esse serviço se tornou realidade com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado com o Centro de Perícias

Científicas Renato Chaves em 2013. A implantação ficou a cargo do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e Centro de Apoio Operacional Criminal. A parceria permite a membros e servidores do MPPA consultar, em tempo real, a tramitação de perícias, bem como visualizar os laudos concluídos e proceder à impressão do arquivo em PDF dos laudos periciais confeccionados no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Em setembro de 2016, um outro passo importante foi dado: assinatura do Convênio de Cooperação Técnica com a Fundação Papa João XXIII, operacionalizando o cadastro eletrônico intitulado SIMP-Tutor. O sistema web é destinado à manutenção online de cadastro contendo informações relacionadas ao acolhimento de crianças e adolescentes, possibilitando melhor aplicação das medidas de acolhimento e o diagnóstico da real dimensão e situação social e jurídica de tais obrigações.

O SIMP-Tutor é uma ferramenta desenvolvida pelo Departamento de Informática do Ministério Público, com base em modelo do MP do Rio de Janeiro. A ferramenta reúne num único banco de dados todas as informações das crianças que passam pelos espaços de acolhimento da Funpapa, possibilitando o histórico da criança desde seu primeiro acolhimento.

O SIMP-Tutor já funciona nos quatro espaços de acolhimento da Funpapa em Belém. O sistema é alimentado por técnicos das unidades e poderá ser acessado também pelos Promotores de Justiça do MPPA. ■



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre MPPA e MPF para implantação do Simba



Assinatura, com a Fundação Papa João XXIII, do Convênio de Cooperação Técnica operacionalizando o cadastro eletrônico intitulado SIMP-Tutor

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Transformação social começa na escola

Inovador, programa Estágio Cidadão incentiva estudantes da rede pública a fortalecer os conselhos escolares e a transformar positivamente o ambiente de ensino.



Uma das turmas de capacitação do programa Estágio Cidadão

Criado no final de 2013, o programa “Estágio Cidadão” nasceu com vários objetivos, alguns deles contendo pinceladas de sonhos, como a intenção de fazer com que estudantes de nível médio da rede pública se engajassem na construção de uma sociedade livre, igualitária e democrática. Passados pouco mais de três anos, o que parecia um sonho virou algo concreto. Estudantes que integram o programa conseguiram realizar verdadeiras transformações sociais em suas escolas.

O programa, uma coautoria entre a Procuradoria-Geral de Justiça e o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), seleciona estudantes de qualquer série do ensino médio da rede pública para que desenvolvam, durante dois anos dentro do Ministério Público do Pará, atividades de apoio às Promotorias de Justiça. Os estudantes que possuem as melhores notas e se destacam no processo seletivo, que inclui entrevista e prova de redação, são escolhidos. O encaminhamento dos estudantes é realizado pela Secretaria de Estado de Educação, que possui convênio com o MPPA.

Ao ingressarem na instituição, os estagiários recebem bolsa remunerada, capacitação em língua portuguesa e em rotinas administrativas e, sobretudo, aprendem noções básicas de direitos e garantias fundamentais e atuação prática no conselho escolar. A capacitação relacionada à cidadania foi realizada de forma presencial para 280 estagiários. É nesse momento, que técnicos do MPPA ensinam conceitos de cidadania, direitos fundamentais, entre outros. Os jovens são estimulados a desenvolver senso crítico e atitudes proativas para reivindicar seus direitos. Uma das atividades previstas no programa é a elaboração de um diagnóstico sobre a estrutura da escola do estagiário.

No total, 496 jovens já participaram do programa. Bons frutos surgiram, como a disponibilização de água potável em escola do município de Ananindeua após a atuação do estagiário cidadão. Mas talvez nada se compare ao caso da estudante Iohana Viana, de Rondon do Pará. A escola Dionísio Bentes, onde ela estuda, possuía várias carências, como a ausência de vigia, servente, merendeira e bebedouro. A mais séria delas era a suspensão de algumas aulas dos alunos do terceiro ano às vésperas do vestibular, devido a inexistência de professores para ministrá-las. Iohana procurou a diretora da escola e o conselho escolar para resolver as pendências. Com apoio do Promotor do município, José Alberto Grisi, ela conseguiu sensibilizar a escola e o conselho escolar, que solucionaram as carências identificadas e efetuaram outras melhorias.

“No estágio eu comecei a ter praticamente uma parceria com o conselho. Pude perceber que, após a parceria do Ministério Público com o conselho escolar, houve muitas melhorias na escola. O conselho escolar está muito mais ativo, comemora Iohana. “Com o estágio ganhei muito conhecimento, coisas que você leva para a vida toda. Oportunidade que muitos jovens não têm e passam a ter, é um grande privilégio poder participar desse projeto”.

A Procuradoria-Geral de Justiça criou 308 vagas para o programa “Estágio Cidadão”. Ele está presente em 134 municípios paraenses e já capacitou mais de 300 estudantes. A iniciativa recebeu reconhecimentos nacionais, como o título de boa prática de gestão conferido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e o prêmio “Ivanise Jann de Jesus”, entregue durante o II Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público - PROINFANCIA.

“No estágio eu pude perceber que após a parceria do MP com o conselho escolar houve muitas melhorias na escola. O conselho está muito mais ativo nas ações dentro da escola.”

Iohana Viana, estagiária.





O Procurador-Geral de Justiça cofere de perto a evolução dos alunos

Estágio Cidadão em números

236

Estagiários vinculados até 2016

134

Municípios possuem estagiários cidadãos

496

Estagiários já participaram

17

Capacitações realizadas nas sedes de polos desde 2015

99%

Dos estudantes avaliaram a capacitação como boa

96%

Dos estagiários conheceram o conselho escolar a partir da capacitação



Assista



Acesse

www.youtube.com/MinisterioPublicoPA

e conheça a história da estudante Iohana Viana, estagiária cidadã que ajudou a promover uma revolução positiva em escola estadual de Rondon do Pará.

Tutoria ganha asas em Parauapebas

O apoio do Ministério Público à juventude foi ampliado em 2016 com o “Projeto Tutoria”, idealizado pelo MPPA e que contou com a parceria do Ministério Público do Trabalho, Vale, Secretaria de Educação do Estado e Prefeitura de Parauapebas. O projeto oferece bolsa remunerada a jovens que estejam cursando regularmente o primeiro ou segundo ano do ensino médio naquele município e que

tenham um bom desempenho escolar. Os selecionados se tornam tutores de estudantes do ensino fundamental da rede municipal que cursam a 7ª, 8ª ou 9ª série e que apresentem dificuldade em português e matemática. Os tutores ainda podem ser contratados como aprendizes pela empresa Vale, patrocinadora do projeto. A iniciativa é resultado de um Termo de Cooperação Técnica assinado em setembro de 2016.

O projeto iniciou com a contratação de 20 jovens pela empresa Vale. Eles são capacitados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a função de assistente administrativo, sendo que, no contra turno, prestam tutoria em escolas de ensino fundamental do município, com a orientação e supervisão de equipe técnica formada por professores das respectivas escolas.

Jovens oriundos do projeto são encaminhados para estágio remunerado na Embrapa



Parceria abre portas ao mercado

Outra iniciativa criada pela administração do MPPA direcionada ao público jovem é o projeto “Humanização no cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade no âmbito do MP”, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade desempenham atividades administrativas no MPPA, onde recebem acompanhamento de técnicos do órgão, participam de palestras, minicursos, entre outras iniciativas que contribuem para a formação desses jovens e para o fortalecimento dos vínculos familiares. Durante a prestação de serviços à comunidade, objetivando a formação profissional, os jovens participam de cursos ofertados de forma voluntária por servidores do Ministério Público.

Servidores participaram ativamente do

projeto ao organizar, voluntariamente, oficinas para os adolescentes, que desfrutaram de vários cursos de aprendizagem por meio do contato com os profissionais da instituição.

Em 2016, o MPPA reforçou a diretriz de capacitar e dar oportunidades aos adolescentes ao firmar cooperação técnica com a Embrapa Amazônia Oriental e Fundação Papa João XXIII. O acordo prevê a oferta da primeira experiência profissional aos jovens que concluíram participação no projeto “Estágio Cidadão” e também aos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas por meio de serviços prestados à comunidade no âmbito do MPPA.

Os jovens oriundos dos dois projetos são encaminhados à Embrapa para serem contratados na qualidade de jovens aprendizes, dessa forma, ingressam no mercado de trabalho com segurança e recebem qualificação prestada por intermédio de cursos inerentes a essa modalidade de contratação. ■

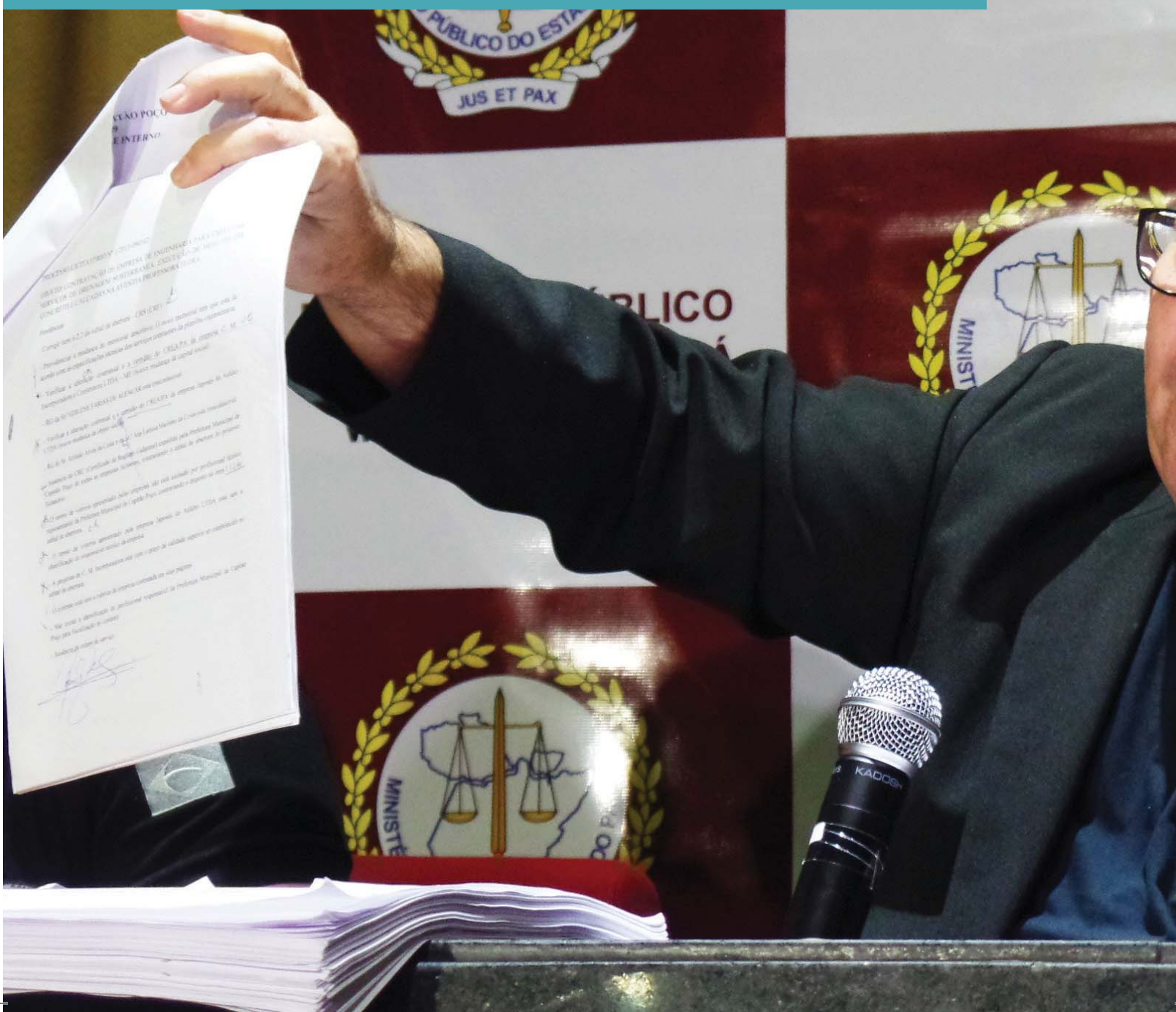
“Estes projetos me emocionam, pois vejo a oportunidade que muitos jovens têm de adquirir conhecimentos que muitas vezes não é dado nem por escolas particulares”

PJ Mônica Freire, coordenadora dos programas

SOCIEDADE

Cerco à corrupção

Obras e parcerias institucionais melhoram a estrutura da instituição para o combate aos crimes de corrupção e improbidade administrativa.



Fortalecer os mecanismos para combater a corrupção e a improbidade administrativa foi uma das prioridades do plano de ações do Ministério Público do Pará nos últimos quatro anos. Entre as ações destacam-se a inauguração, em junho de 2016, do prédio que abriga as novas instalações do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção (NCIC) e Promotoria de Justiça Militar. O imóvel possui três pavimentos, 650 m² de área construída, estacionamento e moderno sistema de monitoramento de TV que garante a segurança dos profissionais que trabalham no local.

O prédio novo foi apenas um dos componentes para o fortalecimento do Gaeco. O grupo foi equipado com material humano (delegado de polícia, militares, técnicos e auditores) e novas tecnologias de investigação, que facilitam o monitoramento e coleta de provas. Esses avanços garantiram protagonismo na prevenção e no combate ao crime organizado. Algo semelhante aconteceu com o NCIC, que recebeu novos equipamentos e passou a contar com auditores no núcleo de trabalho. O resultado deste investimento no Gaeco e NCIC foram várias operações deflagradas em todo o Pará, sendo que muitas delas provocaram o afastamento de agentes públicos.

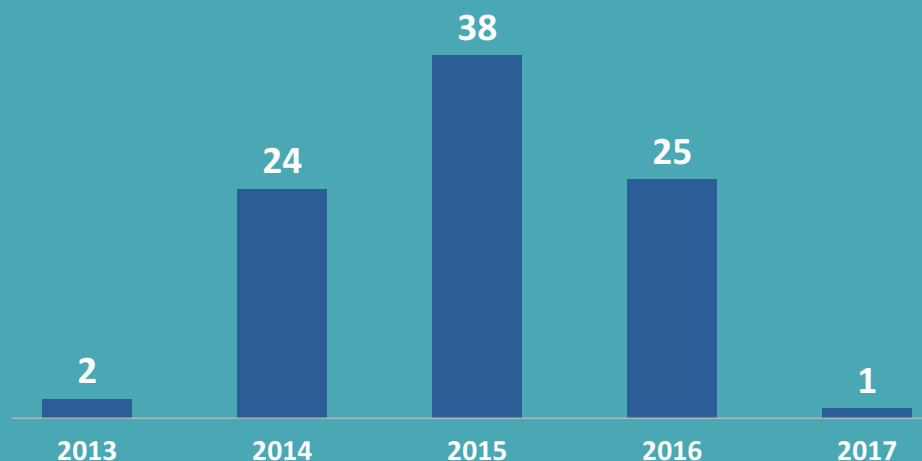
Outro importante passo no combate à

O Gaeco teve sua equipe reforçada com o apoio de militares, delegado de polícia, técnicos e auditores. Também ganhou novas tecnologias de investigação que facilitam o monitoramento e a coleta de provas.

Corruptos, não passarão

Desde 2013 foram instaladas mais de 90 investigações criminais, pelo Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção, contra agentes detentores de foro especial no Tribunal de Justiça do Pará por prerrogativa de função (como prefeitos, deputados e magistrados).

Investigações criminais contra agentes detentores da competência por prerrogativa de função



O MPPA fortaleceu os mecanismos de combate à corrupção e improbidade

corrupção foi o compromisso do órgão em fortalecer a fiscalização sobre o uso do dinheiro público. Em maio de 2016, o MPPA firmou acordo de cooperação que reuniu a **Rede de Controle de Gestão Pública do Estado do Pará**. Além do Ministério Público, outras 11 instituições firmaram a parceria: Tribunal de Contas dos Municípios, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado do Pará, Procuradoria Federal no Pará, Procuradoria da República no Pará, Procuradoria da União no Estado do Pará, Consultoria Jurídica da União, Controladoria-Regional da União no Pará, Superintendência da Polícia Federal no Pará, 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e Superintendência Regional da Receita Federal.

A Rede de Controle de Gestão Pública prevê uma série de iniciativas para combater a corrupção. Uma delas é capacitar os profissionais das instituições fiscalizadoras para aperfeiçoar atividades de controle. Também é previsto o compartilhamento de informações para aumentar a eficiência das operações e investigações sobre improbidade administrativa e mau uso do dinheiro público. Representantes das entidades signatárias terão encontros permanentes para implantar ações integradas.



O novo prédio do Gaeco, NCIC e Promotoria Militar está localizado na Avenida 16 de novembro em Belém

Operações em todo Pará

O Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e à Corrupção (NCIC) em parceria com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) realizou operações de combate à improbidade e corrupção em todo o Estado.



MURUCUTUN

Em julho de 2015 a operação Murucutum fez buscas e apreensões na casa do prefeito de Acará, José Maria Mota Júnior. A prefeitura era investigada por fraudes em processos licitatórios. Os Promotores de Justiça Hélio Rubens Pereira e Harrison Bezerra e o Procurador Nelson Medrado atuaram nas investigações.



FUNDO DO POÇO

Em abril de 2016, a operação Fundo do Poço investigou fraudes em processos licitatórios de obras e serviços no município de Capitão Poço. A operação foi coordenada pelo Núcleo de Combate à Improbidade (NCIC), com apoio do Gaeco e de policiais do Gabinete Militar.



EFEITO DOMINÓ

Em setembro de 2013, mais de 30 pessoas foram presas na operação Efeito Dominó que estourou empresas que operavam o jogo do bicho na capital e no interior do Estado. Os presos respondem por lavagem de dinheiro, formação de cartel e crime contra a ordem econômica.



Assinatura do Termo de Cooperação
para implantação do LAB-MPPA

Parcerias para combater a lavagem de dinheiro

Ainda em 2016, em maio, o Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves firmou Termo de Cooperação com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, para a implantação, no Pará, de um **Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-MPPA)**. A assinatura ocorreu durante reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, realizada na sede do Ministério Público Militar na capital federal. A ferramenta propiciará ao Pará combater, de forma mais eficiente, crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, pois funcionará como centro de produção de informações estratégicas para o enfrentamento a esses crimes. O laboratório será capaz de agilizar a análise tecnológica de dados gerados em quebras de

sigilos bancário, fiscal e telefônico, além de propor o uso de programas de computador que facilitam a avaliação de informações. O Termo prevê que o LAB-MPPA não gere qualquer custo à instituição. O laboratório irá reforçar as atividades, sobretudo, do Gaeco e NCIC, que possuem atribuições específicas voltadas à prevenção e repressão às organizações criminosas.

O MPPA juntou-se a outros órgãos de fiscalização para garantir uma transição responsável e segura entre as prefeituras municipais. Foi criada a **Rede de Controle de Gestão do Pará** que reúne além do MPPA, o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União

(AGU), Receita Federal (RF), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM), Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Em novembro de 2016, a Rede de Controle entregou à Assembleia Legislativa do Estado (Alepá) proposta de Emenda à Constituição do Estado buscando a institucionalização da transição governamental. A Emenda apresentou proposta que disciplina os procedimentos a serem observados no momento de transição pelos chefes do poder executivo com a finalidade de inteirar o sucessor do funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública. ▣



MPPA oficializa sua participação
na Rede de Controle de Gestão

Novas práticas, mesmo compromisso

MPPA reforça missão constitucional e apoia iniciativas modernas de resolução de conflitos, combate à violência doméstica e defesa do consumidor e dos direitos fundamentais.



NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

O MPPA assinou convênio, em setembro de 2016, com a Universidade da Amazônia (Unama) para instalar o projeto piloto do **Núcleo de Práticas Restaurativas (NUPRE)**, no distrito de Icoaraci. O núcleo possibilita ao órgão realizar atendimentos de situações de família, idosos, guarda, pensão, conflitos de vizinhos e trabalhar de forma preventiva os conflitos dentro da escola. A iniciativa não gera custos à instituição. A Unama disponibiliza alunos dos cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia para atuar juntos com a equipe técnica do MPPA.



SISTEMA INTEGRADO NO PROPAG MULHER

Em 2015, o MPPA firmou Convênio com Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Governo do Estado para implantação do **Sistema Integrado de Justiça no Propag Mulher/Deam**. O Sistema oferece atendimento às mulheres com idade acima de 18 anos, vítimas de violência doméstica, familiar e sexual, por meio de serviços essenciais de atenção em um único espaço. O trabalho é realizado de forma integrada entre as instituições que desenvolvem políticas públicas do Estado. O modelo é pioneiro no norte do país.



DEFESA DO CONSUMIDOR

O Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves assinou Termo de Cooperação Técnica em 2015, com o Ministério Público Federal e a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor para compartilhar informações sobre condutas reiteradas de prestadores de serviços públicos regulados que atentem contra os direitos dos consumidores e a livre concorrência. Nesse mesmo ano, o MPPA ingressou no **Consumidor Vencedor Nacional**, site que reúne dados de ações civis públicas, decisões judiciais e compromissos de ajustamento de conduta de todo o país, permitindo que seus efeitos sejam reproduzidos por todo o território brasileiro.



TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIAS

MPPA e a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal firmaram convênio, em 2013, para viabilizar a elaboração de termos circunstanciados e de comunicação de ocorrências policiais por órgão da polícia rodoviária federal. O TCO é lavrado no local do fato criminoso e encaminhado ao Juizado Especial Criminal da Comarca competente. Nos casos onde os atos infracionais não são caracterizados como crimes de menor potencial ofensivo eles são registrados no boletim de ocorrência pelo policial rodoviário federal e encaminhados à delegacia de polícia especializada. Para registrar os procedimentos a PRF implantou sistemas informatizados a fim de realizar consultas no CIOP, sistema da Polícia Civil e Poder Judiciário onde é possível verificar os antecedentes criminais dos envolvidos na ocorrência.



NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Durante evento realizado em Marabá, em novembro de 2016, o Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves assinou Portaria garantindo a travestis e transexuais o direito e utilização do nome social nos atendimentos realizados no âmbito da instituição. O documento demonstra o respeito do MPPA com a dignidade desse público, que frequentemente é vítima de preconceitos e violência de várias formas. O MPPA ainda lançou a cartilha "Conhecendo a População LGBT".



MPEDUC E A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Para fortalecer a educação básica, o MPPA firmou Protocolo de Intenções com o Ministério Público Federal, em fevereiro de 2014, e aderiu ao "Ministério Público pela Educação-MPEduc". Aderiram ao projeto Promotorias de Belém (incluindo o Distrito de Icoaraci), Ananindeua, Altamira, Barcarena, Capanema, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Marabá, Maracanã, Novo Repartimento, Paragominas e Tailândia. Promotores uniram esforços aos procuradores federais para coletar informações e atuar para melhorar a estrutura e serviços das escolas.



AMIGOS DO JOÃO CIDADÃO

Em 2015 o MPPA se aliou ao Conselho Nacional do Ministério Público em um grande projeto nacional voltado, sobretudo, para os jovens. O projeto "João Cidadão" promove a difusão de informações sobre direitos humanos por meio de ações que aproximem o Ministério Público da sociedade, uma forma de estimular o exercício dos direitos fundamentais entre jovens do Pará e de todo o Brasil.

Referência no terceiro setor

Núcleo é criado para fortalecer a fiscalização sobre o repasse de verbas públicas a organizações não governamentais.



Novo prédio da Promotoria
de Tutela das Fundações

Um dos deveres institucionais do Ministério Público é fiscalizar a aplicação dos recursos públicos repassados a Organizações Não Governamentais. Com a finalidade de fortalecer essa função surgiu o Núcleo do Terceiro Setor, cuja criação ocorreu em junho de 2016, quando aprovada pelo Colégio de Procuradores do MPPA. O núcleo tem como finalidade fiscalizar as contas de entidades do Terceiro Setor em todo o Pará que prestam serviço para o Estado ou para os Municípios.

Antes da existência do núcleo, a fiscalização era tarefa da Promotoria de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, que desde 2009 está sob o comando do Promotor de Justiça Sávio Rui Brabo de Araújo. A Promotoria não conseguia atender o Estado como um todo devido a equipe ser reduzida e necessitar de profissionais especializados em Terceiro Setor. Além disso, a demanda aumentou exponencialmente, o que justificou a criação de mais um cargo para a Promotoria, que agora conta com o reforço da Promotora de Justiça Helena Maria Oliveira Muniz.

Ao longo dos últimos anos, o MPPA intensificou a fiscalização e a cobrança da prestação de contas das entidades do Terceiro Setor, o que resultou na redução da quantidade de instituições que recebem verbas públicas. Em 2009, por exemplo, o Estado destinou recursos para 1.244 entidades do Terceiro Setor. Em 2015, este número caiu para 199. Muitas delas foram fechadas por irregularidades ou simplesmente não existiam. No mesmo período, a instituição promoveu seminários, em Belém, para difundir e orientar a sociedade quanto ao papel do Terceiro Setor na implementação de políticas públicas.

O trabalho desenvolvido pelo MPPA, por meio da Promotoria de Tutela das Fundações ganhou projeção nacional e o trabalho desenvolvido pela instituição foi reconhecido, em 2011, pelo CNMP como um modelo a ser seguido por outros Ministérios Públicos. O MPPA foi convidado para estruturar os Ministérios Públicos brasileiros que ainda não possuem essa atribuição.

Essa grande conquista, ocorrida na gestão do Procurador Antônio Barleta, ganhou ainda mais capilaridade na gestão do Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves. Além da criação do Núcleo do Terceiro Setor, em julho de 2016, Neves também foi responsável pela criação de um novo cargo de Promotoria e ainda destinou um novo espaço para abrigar a Promotoria. A entrega das novas instalações ocorreu em setembro de 2016. O novo prédio da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, onde também funcionará o Núcleo do Terceiro Setor, fica localizado na Av. Doutor Freitas, 2531, Marco. O espaço possibilita melhores condições de trabalho fortalecendo ainda mais o trabalho da equipe. ▣

O MPPA aumentou a fiscalização sobre ONGs que recebem verbas públicas



Promotores na inauguração
da Promotoria de Tutelas das Fundações

Não à PEC 37

Membros e servidores se juntam à população em mobilizações que defendem a manutenção da competência do MP para a investigação de crimes.



Membros do MPPA trabalhando juntos para derrubar a PEC 37

Um dos grandes desafios do Ministério Público do Pará no ano de 2013 foi impedir a aprovação da PEC 37, a proposta de emenda constitucional que reduzia o poder de investigação criminal do Ministério Público. Se aprovada, a PEC 37 seria uma grande ameaça à instituição, uma vez que alijava os Promotores das investigações criminais e também das investigações por improbidade contra prefeitos, deputados, secretários de Estado e outras autoridades suspeitas de fraudes e corrupção.

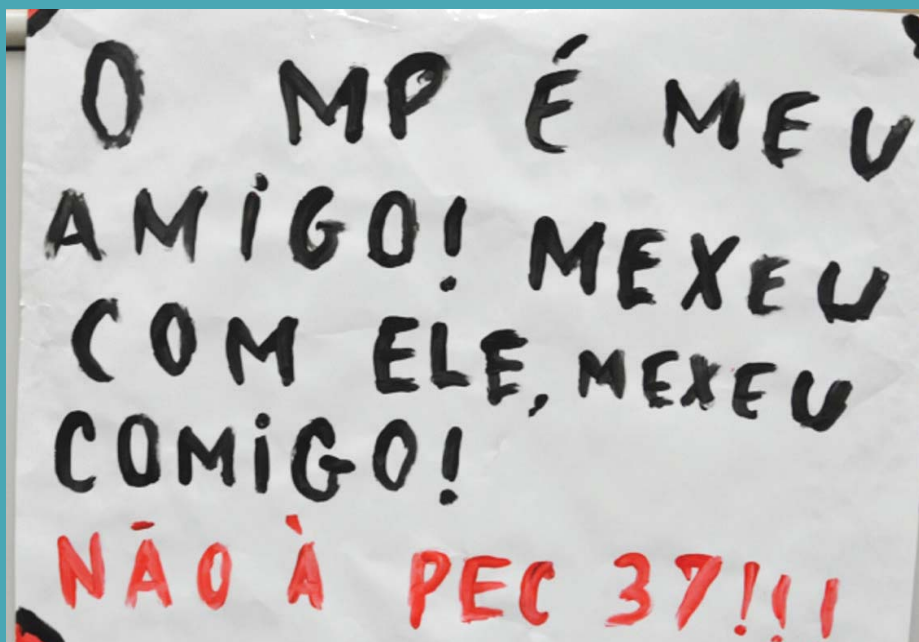
No Pará, membros e servidores arregaçaram as mangas e tomaram as ruas junto com a sociedade civil para mostrar ao Congresso a força da vontade popular. Durante a manifestação, o MPPA conseguiu a adesão de milhares de pessoas que disseram não

à PEC na enquete promovida pela Câmara Federal. A mobilização percorreu as praças Batista Campos e da República, além das feiras da 25 de setembro e do Ver-o-Peso, onde foram montadas cabines de votação. Também houve mobilização em cidades do interior, como Capanema e Ananindeua. O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, participou ativamente dos atos.

Um dia que ficará marcado na memória da instituição é o ato público que reuniu milhares de estudantes, trabalhadores, servidores públicos e aposentados. A manifestação se concentrou em frente ao prédio-sede do Ministério Público, em Belém, onde os jovens demonstraram sua solidariedade e apoio à luta da instituição ministerial contra a PEC 37. ▣



O Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves agradece o apoio dos manifestantes



Promotores vão às ruas informar a população



Manifestantes ocupam as ruas



Unidos em favor do PL 4.850

O MPPA também participou da mobilização nacional, em dezembro de 2016, contra a corrupção e a forma de votação do Projeto de Lei conhecido como “10 medidas contra a corrupção”, que foi desvirtuado pela Câmara Federal. Membros e servidores do MPPA se juntaram a milhares de manifestantes, entre membros do judiciário, servidores públicos e sociedade civil, para defender as medidas contra a corrupção e as prerrogativas do MP para realizar investigações. As mobilizações surtiram efeito: a Câmara não levou adiante as mudanças no Projeto de Lei. ▣



Membros do MPPA se mobilizam na corrente nacional contra a corrupção

Proteção aos mais jovens

Entre 2013 e 2017, o MPPA desenvolveu várias iniciativas direcionadas à preservação dos direitos das crianças e adolescentes.



COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Em 2014, o MPPA celebrou Protocolo de Intenções para combate e erradicação do trabalho infantil. O MPPA também aderiu à campanha “Cartão Vermelho Contra o Trabalho Infantil”, desenvolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Em parceria com o TRT e demais órgãos, os Promotores de Justiça que atuam nos municípios de Abaetetuba, Parauapebas, Cametá e Tailândia realizaram ações, como palestras e audiências públicas, para ampliar os debates e formas de prevenção e repressão ao trabalho infantil.



COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL

O MPPA firmou parceria com o Ministério Público do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho para enfrentar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Funcionários de empresas de navegação assistiram a palestras sobre as implicações legais de atos de exploração/violência sexual. As palestras aconteceram no MPPA com a presença de mais 300 participantes ao longo dos quatro encontros ocorridos em 2014. Já em 2016, ocorreu operação, articulada pelo MPPA e realizada pela Marinha do Brasil e Secretaria de Segurança Pública do Pará, que percorreu regiões do Marajó para investigar o alto índice de denúncias de exploração sexual. A operação teve ainda a participação de representante do Propaz e do Promotor de Justiça Cícero Barbosa.



ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIRO TUTELAR

No início de 2015, apenas 20 municípios paraenses apresentavam legislações atualizadas referentes à eleição de conselheiros tutelares. O pleito ocorria em datas diferentes no Estado. O CAOIJ deu suporte aos Promotores de Justiça que atuam na matéria. Os membros se mobilizaram em seus respectivos municípios para que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente assumissem a condução da eleição para o Conselho Tutelar de sua cidade. A votação ocorreu em outubro de 2015, em 143 municípios paraenses.



REDE DE ATENDIMENTO

Por iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, o MPPA lançou publicações que fazem um levantamento da rede de atendimento à criança e ao adolescente em 18 municípios paraenses, dispondo, de forma clara e objetiva, as deficiências encontradas que impedem o atendimento adequado ao público infanto-juvenil. Além de lançar a publicação, o Ministério Público firmou compromissos com prefeitos de Castanhal, Abaetetuba e Paragominas para preservar os direitos de crianças e adolescentes.

A man with dark hair, wearing glasses, a white face mask, and white gloves, is seated at a desk in a dimly lit room. He is looking down at an open book with yellowed pages. A bright, circular lamp is positioned above the desk, illuminating the book and the man's face. To the right, a microscope is visible on a stand. The background is dark and indistinct.

Pela paz no campo

Iniciativas, como o fortalecimento do GT Agrário, buscam mediar e resolver conflitos fundiários no Pará.

Criado para operar como fórum de análise, discussão e o aprofundamento em temas referentes à atuação do Ministério Público do Pará na mediação e resolução dos conflitos no campo, o Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará (conhecido como GT Agrário) ganhou ainda mais relevância nos últimos quatro anos. Coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível, o GT acumulou iniciativas de destaque, como o alinhamento da atuação dos membros em temas fundiários.

Ele é composto por Promotores de Justiça e técnicos do MPPA, que participam de reuniões de trabalho mensais para debater a execução das ações previstas no Plano Estratégico de Atuação do MPPA em Questões Agrárias e Fundiárias, aprovado em 2013. Além disso, o GT debate estratégias de atuação para combater o desmatamento, estimular o manejo florestal comunitário, implementar programas de proteção aos defensores de direitos humanos e ainda fortalecer a educação do campo. Durante as reuniões o GT contou com a participação do Instituto Internacional de Educação do Brasil, do Greenpeace e de outras instituições.

A partir das reuniões, o GT notou a

necessidade da implementação de políticas agrárias para garantir a cidadania no campo, como assistência técnica, fomento à produção, educação, saúde, segurança pública, estradas, comunicação, entre outros. Um dos encaminhamentos foi o lançamento de um projeto inovador, em 2015: a implementação de um banco de dados associado a um sistema de informação geográfica capaz de integrar informações fundiárias de terras públicas e privadas. Nascia ali o Sistema de Informação Geográfica Fundiária (SIG-Fundiário).

O projeto piloto do SIG-Fundiário começou pela mesorregião nordeste paraense e visa promover o intercâmbio e o compartilhamento das informações coletadas entre órgãos públicos estaduais e federais a fim de subsidiar ações conjuntas de ordenamento fundiário, proteção ambiental e justiça agrária.

A importância do SIG-Fundiário para o Estado levou o projeto a ser finalista na categoria “indução de políticas públicas” da terceira edição da premiação do Conselho Nacional do Ministério Público, em 2015, ficando na segunda colocação. Em 2016, renovou-se o acordo junto à Fundação Ford para continuidade e expansão dos trabalhos do projeto. ▣

Atenção socioagroambiental

O MPPA adotou outras medidas para solucionar conflitos no campo e amenizar impactos ambientais.



Digitalização de títulos de terra: projeto SIG-Fundiário prevê criação de banco com informações fundiárias sobre terras públicas e privadas



IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS

O MPPA criou o Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos para fortalecer a atuação conjunta da instituição, da sociedade civil organizada e das instituições de Ensino Superior para a proteção do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor. Entre as iniciativas, o fórum realizou, em novembro de 2016, atividades educativas e de sensibilização, em Belém e cidades do interior, a respeito dos riscos dos agrotóxicos.

GT TAPAJÓS E OS GRANDES PROJETOS

Marcos Neves criou, no início de 2016, o “GT Tapajós” para reforçar as atividades de prevenção, remediação, compensação e responsabilização de danos agroambientais provocados na bacia hidrográfica do Tapajós, região alvo do licenciamento de hidrelétricas de grande porte. Em maio de 2016, o GT promoveu o seminário “Impactos, desafios e perspectivas dos Grandes Projetos na Bacia do Tapajós”, em Itaituba. O evento reuniu cerca de 800 pessoas.

Parceiro do meio ambiente

Ao implantar a coleta seletiva e mediar cooperação para compensação de dano em Ulianópolis, MPPA avança no compromisso de proteção ambiental.



Ciente do seu dever de proteger o meio ambiente, o MPPA buscou, nos últimos anos, adotar estratégias inovadoras para garantir a coexistência pacífica e equilibrada da espécie humana com os demais seres vivos. Em 2015, a instituição comemorou uma conquista na área ao assinar termo de compromisso, por meio do Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente, sob a coordenação do Promotor Nilton Gurjão, e Centro de Apoio Operacional Cidadania, sob a coordenação do Promotor Sávio Brabo, referente à contaminação por lixo tóxico em Ulianópolis. O compromisso foi firmado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Secretaria de Estado de Saúde (Sespa) e município de Ulianópolis.

O compromisso objetivou a implemen-

tação do levantamento da saúde geral da população de Ulianópolis e a organização de medidas assistenciais para pessoas expostas ou diagnosticadas como intoxicadas, em decorrência do depósito de lixo tóxico na área da Companhia Brasileira de Bauxita (CBB). Em 1999, após explorar bauxita refratária, a empresa deu início à atividade de incineração de resíduos industriais, fazendo uso de uma estrutura anterior que serviu para a calcinação desse produto. A atividade provocou contaminação ambiental.

Já em 2016, o MPPA fez com que 50 empresas nacionais e multinacionais assinassem um termo de compromisso para custear o plano de avaliação dos impactos ambientais causados pelos rejeitos industriais. ▣



Adesão à coleta seletiva

Nos últimos anos, o Ministério Público do Pará também procurou fazer o dever de casa. Em junho de 2016, assinou, Termo de Cooperação técnica com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) e Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan) para a implantação da coleta seletiva de resíduos, uma iniciativa do CAO Meio Ambiente. Com a parceria, o MPPA passou a doar, sem fins lucrativos, os resíduos recicláveis, coletados por seus servidores, às cooperativas ou associações de catadores cadastrados pela prefeitura.

Materiais recicláveis são coletados e doados para cooperativas de catadores.

MPPA, Sespa, Semas e prefeitura de Ulianópolis assinam termo de compromisso.

Transparência em alta

MPPA entra na lista dos 5 melhores do Transparentômetro e cria novas ferramentas para se comunicar com a sociedade.

Num esforço liderado pela Ouvidoria-Geral, o Ministério Público do Pará deu um salto no ranking que avalia a transparência das unidades do Ministério Público brasileiro na divulgação de informações à sociedade. Em menos de um ano, a instituição saltou da vigéssima quinta para a quinta posição na classificação elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O resultado foi divulgado em outubro de 2016 pelo CNMP, que publicou a avaliação dos portais da transparência do MP relativo ao segundo trimestre de 2016. Numa escala de 0 a 100%, o MP do Pará atingiu 98% e chegou à quinta posição, apenas um ponto

percentual atrás do primeiro colocado, o MP do Mato Grosso. Os portais da transparência garantem ao cidadão o acesso pleno às informações detalhadas sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária e financeira da instituição.

Divulgado desde julho de 2014, o ranking é fruto do trabalho realizado pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP, que verifica trimestralmente o

desempenho dos órgãos avaliados em relação a cerca de 250 itens.

Na primeira apuração de 2016, oito unidades do Ministério Público ficaram abaixo do índice de 80% de cumprimento dos itens analisados. Já no segundo trimestre, porém, todos os avaliados superaram o referido percentual. O diagnóstico demonstra que as unidades e os ramos do MP, além do CNMP, têm conquistado melhorias para alcançar uma gestão marcada pela transparência.

RANKING DA TRANSPARÊNCIA

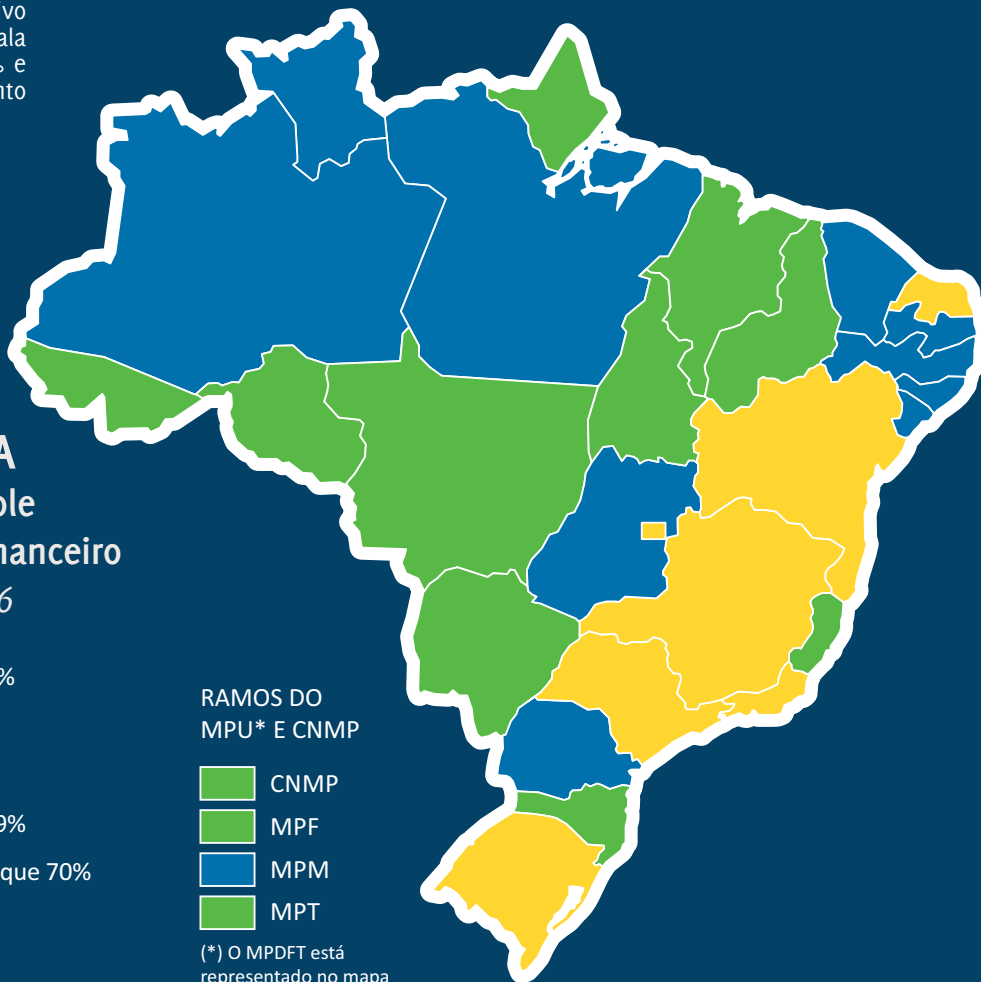
Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
2º trimestre de 2016

- Excelente - 95% a 100%
- Ótimo - 90% a 94,99%
- Bom - 80% a 89,99%
- Regular - 70% a 79,99%
- Insatisfatório - menor que 70%

RAMOS DO MPU* E CNMP

- CNMP
- MPF
- MPM
- MPT

(*) O MPDFT está representado no mapa



E a expectativa é de melhoria. O MPPA colocou em operação, em 2017, um portal da transparência reformulado, que utiliza uma ferramenta digital para automatizar a publicação das informações das unidades da instituição e facilitar ainda mais o acesso das informações pelo cidadão.

O portal é aberto ao público e funciona como instrumento de controle social da execução orçamentária, financeira e administrativa da instituição.

Esta não será a primeira inovação no sistema de atendimento ao cidadão. A Ouvidoria-Geral informatizou, em 2013,

o processo de recebimento das manifestações do público. A iniciativa conferiu eficiência e eficácia aos atendimentos realizados ao evitar o uso do papel e o envio de correspondências por correio, além de manter o sigilo de quem recorre à Ouvidoria-Geral. ▣

MPPA no Transparentômetro

Confira a evolução do Ministério Público do Pará no ranking que avalia a transparência na divulgação de informações à sociedade.



Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público

Novos tempos de comunicação

Buscando se aproximar ainda mais da sociedade, o MPPA dinamizou suas ferramentas de comunicação ao ampliar presença nas redes sociais. Até 2016, a instituição priorizava o trabalho de assessoria de imprensa. Em 2016, dinamizou a atuação no Twitter e ativou perfis no Facebook, Instagram e YouTube. Paralelo a ativação do MPPA nas redes sociais foi elaborado o manual para utilização dessas mídias por membros e servidores.

O Twitter é utilizado desde 12 de junho de 2009 e publica diariamente notícias do site, atingindo 5.862 seguidores em dezembro de 2016. O Facebook atraiu em 6 meses 3.752 seguidores a partir de campanhas institucionais dirigidas ao público interno e externo. Também em 2016 foi ativada a página do MPPA no Instagram que é dinamizado a partir das campanhas feitas pela instituição direcionadas às redes sociais, encerrando o ano com 197 seguidores.

O MPPA também criou novas ferramentas e rotinas de comunicação interna, como a atualização diária da intranet e o lançamento de informativos eletrônicos. ▣

O Ministério Público do Pará chegou às redes sociais!
Siga, curta e compartilhe, para que nossos perfis tenham a cara do MPPA.



@MPPAoficial



/MPPAoficial



@MPPAoficial



MinisterioPublicoPA



A photograph showing a man in a dark suit, white shirt, and striped tie, wearing glasses, handing a small white object to a police officer. The officer is wearing a light blue uniform with various insignia and a dark belt. They are standing next to a white police car with a red and blue light bar on top. The car has "POLÍCIA MILITAR" written on its side. The background is an indoor setting with a white wall and a window.

INSTITUCIONAL

Segurança além dos muros

Convênio com a Polícia Militar fortalece a segurança institucional e beneficia diretamente a população do entorno do Ministério Público.

O Ministério Público do Pará contribuiu sensivelmente, entre 2013 e 2017, para a melhoria da segurança pública no Estado. Além da tradicional atuação nos procedimentos de controle externo da atividade policial, o MPPA firmou convênios que repassaram quase R\$ 7 milhões à Polícia Militar e ajudaram a equipar as forças policiais e aprimorar os mecanismos de policiamento.

O Procurador-Geral de Justiça, Marcos Neves, assinou, em 2014, convênio com a Polícia Militar do Pará que garantiu, mediante recursos oriundos do fundo de reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará, o repasse de R\$ 4 milhões destinados às operações e serviços de segurança pública por meio da aquisição de veículos, armamentos e equipamentos. No total, foram adquiridos com essa verba 182 fuzis IA2 calibre 556, 169 escudos balísticos, 2 ônibus choque para o transporte das tropas nas operações de choque em todo Pará em ações de reintegração de posse, intervenção de unidades prisionais e desobstrução de vias, 1 ônibus executivo, 1 micro-ônibus e 1 caminhão guincho para a condução de viaturas que apresentem problemas de funcionamento.

Em contrapartida, para operacionalização de ações voltadas à segurança dos membros do MPPA ameaçados em razão do desempenho de suas atividades institucionais, o convênio estabeleceu a cessão de 55 policiais militares, além do efetivo mínimo previsto em lei estadual. Além disso, disponibilizou 2 motocicletas, com abastecimento e manutenção pelo MPPA, para o policiamento ostensivo

no entorno do prédio-sede da instituição, beneficiando assim parcela significativa da população com ações de segurança pública no bairro da Cidade Velha, em Belém.

Com a assinatura de um segundo convênio, em 2016, o quantitativo máximo passou para 70 policiais militares para cessão ao Ministério Público, além do efetivo mínimo previsto em lei. No novo instrumento legal foi disponibilizado pelo MPPA o valor de R\$ 2,5 milhões à Polícia Militar para aquisição de novos veículos, armamentos e equipamentos, como 109 rádios transceptores portáteis e 2 vans modelo executivo. Em contrapartida, foram repassados ao Ministério Público 1 viatura policial com xadrez, 20 pistolas calibre .40, 6 mil munições calibre .40 para treinamento, disponibilização de 120 coletes balísticos à tropa de militares do Gabinete Militar e 20 rádios transceptores de comunicação para emprego nos serviços de segurança institucional.

O convênio com a PM foi fundamental para a implantação do policiamento preventivo no entorno do prédio-sede do MPPA, em Belém, com o motopatrulhamento, policiamento ostensivo a pé, emprego de uma viatura policial e policiamento ciclístico, reforçando a segurança de membros, servidores e da população que diariamente acessa o Ministério Público. Os resultados são robustos. Mais estruturado, o policiamento externo do Gabinete Militar atendeu, só em 2016, 605 ocorrências, utilizando viatura, moto, bicicleta ou outro meio, tendo realizado mais de 522 abordagens e atuado em 18 casos de roubo.

Proteção à população

Os dois Convênios firmados pelo Ministério Público garantiram quase R\$ 7 milhões em repasses à Polícia Militar do Pará, que utilizou a verba para adquirir veículos, armamentos e equipamentos, entre eles:

222 fuzis IA2 calibre 556	324 capacetes	169 escudos balísticos
767 coletes refletivos	332 rádios transceptores portáteis	2 micro-ônibus
2 ônibus choque com ar-condicionado e capacidade para 33 lugares	2 vans modelo executivo	1 ônibus executivo com capacidade para 49 lugares
1 caminhão guincho	1 furgão para transporte de cães	1 caminhão para transporte de equinos

O Comandante-Geral da Polícia Militar, Roberto Campos, entrega ao Procurador-geral Marcos Neves a chave de uma viatura com xadrez para ser utilizada pelos militares do MPPA

GABINETE REFORÇA ESTRUTURA INTERNA

Segundo as diretrizes da Procuradoria-Geral de Justiça, uma das principais metas do Gabinete Militar para o período de 2013 a 2017 foi atingida: reforçar a estrutura militar do Grupo de Atuação Especial no Combate ao

Crime Organizado (Gaeco) e efetivar militares nas Promotorias de Justiça estratégicas do interior do Estado, como forma de resguardar a segurança de membros e servidores ameaçados em razão do desempenho de suas atividades institucionais.

No início de 2013, apenas 20 Promotorias

tinham suporte de militares. Esta quantidade saltou para 41 Promotorias em 2017, sendo o efetivo alocado pelo Gabinete Militar, resultado dos convênios firmados no período. A instituição investiu ainda em equipamentos de proteção individual dos militares e aquisição de novas armas para uso nas operações.



Treinamento de tiro básico e avançado aos Promotores de Justiça



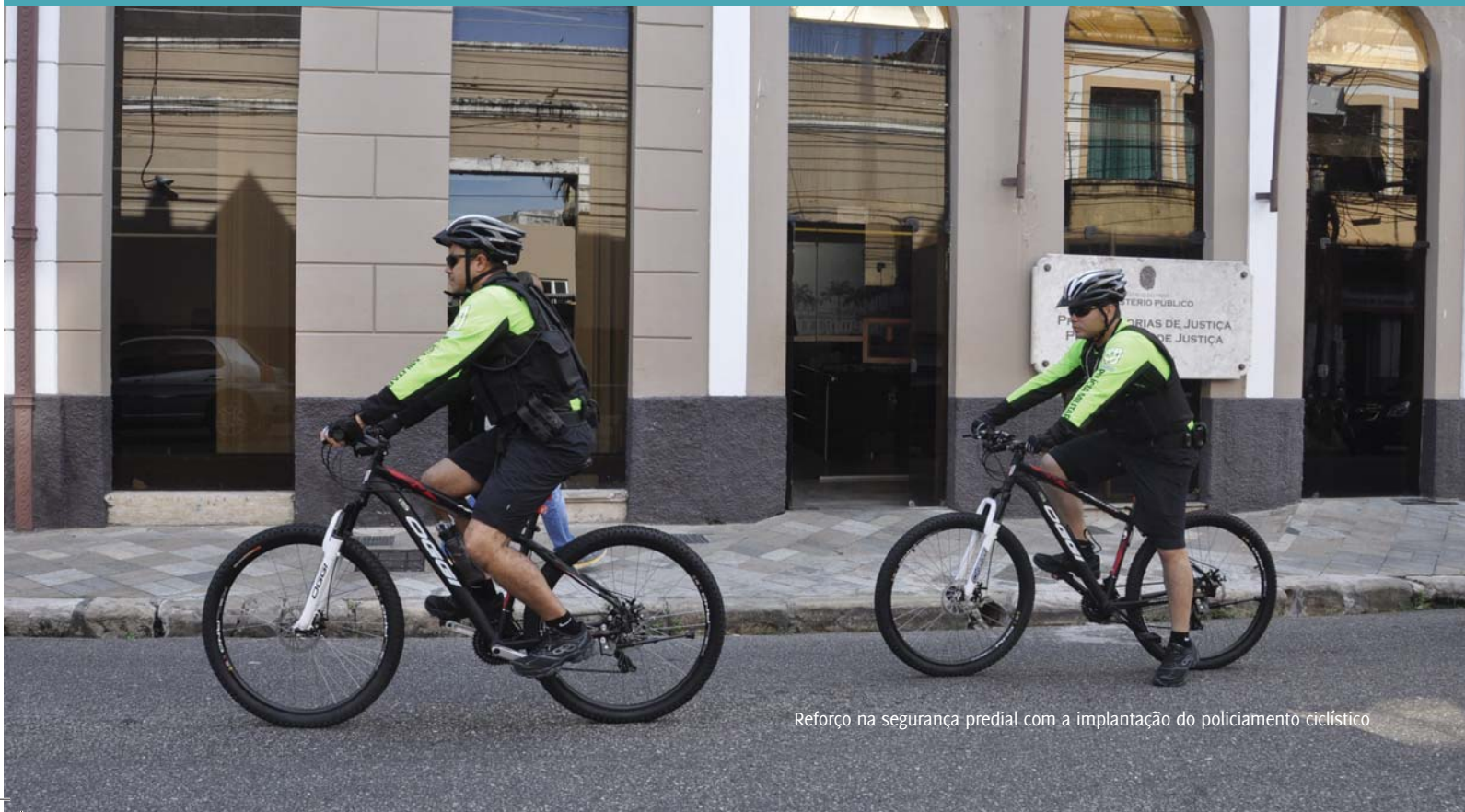
As operações do Gaeco e NCIC agora são realizadas com efetivo próprio

Outro avanço nos últimos quatro anos foi a disponibilização de efetivo próprio do Gabinete Militar a todas as operações realizadas pelo Gaeco e NCIC (Núcleo de Combate à Improbidade Administração e à Corrupção) no Pará. O Gaeco possuía

três militares em 2013 e hoje conta com nove. Já o NCIC iniciou 2017 com dois militares, contra nenhum há quatro anos.

Desde 2015, militares do Gabinete Militar já participaram de cursos e treinamentos de tiro policial. Além de capacitar

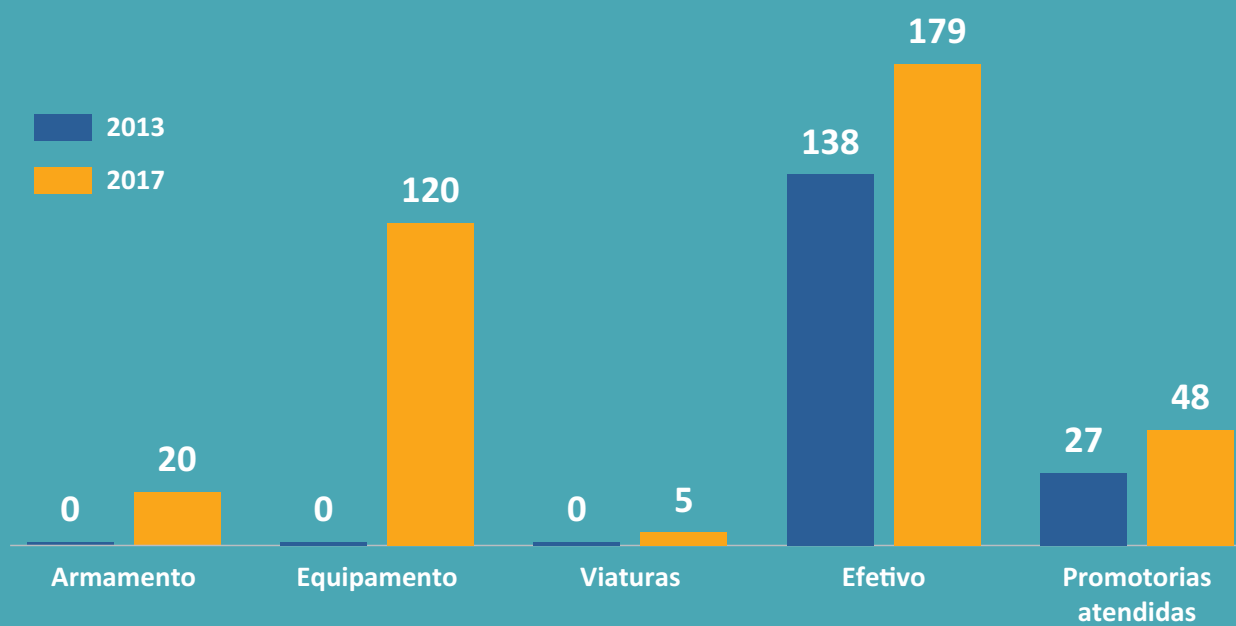
a equipe interna, o Gabinete ofereceu treinamentos de tiro básico e avançado aos Promotores de Justiça com a certificação do laudo técnico exigido para a aquisição e regularização de armamento pessoal.



Reforço na segurança predial com a implantação do policiamento ciclístico



AVANÇO DA ESTRUTURA DE SEGURANÇA DO MPPA



A segurança eletrônica também foi turbinada. Os próprios militares lotados na instituição fizeram a instalação e manutenção dos sistemas de alarmes na capital e no interior do Estado, contemp-

lando 75 Promotorias de Justiça. Está em fase de conclusão o processo de expansão do circuito fechado de TV que atingirá todas as Promotorias da Região Metropolitana de Belém. A melhoria chegou à estrutura

predial: a administração do MPPA construiu uma nova guarita no estacionamento da Promotoria Criminal, em Belém, e reformou o alojamento e o refeitório utilizados pelos militares. ▣



Laços firmes

O MPPA também reforçou, nos últimos anos, os laços institucionais com o **Corpo de Bombeiros**. A parceria resultou na prorrogação do Convênio que contempla cooperação mútua para o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública, prevenção e combate a incêndios e controle de pânico, bem como segurança dos sistemas fixos e móveis de prevenção contra incêndios. O acordo inclui ainda o compartilhamento das boas práticas relacionadas a projetos sociais desenvolvidos pelas instituições. Já com a Polícia Civil, o MPPA prorrogou a vigência do contrato para aprimorar as investigações e atividades de inteligência.



Fortalecimento institucional

Lançamento do livro de memórias e ações de relacionamento institucional colocam o MPPA em evidência e reforçam valores da instituição.



DIÁLOGO PERMANENTE COM OS PODERES

O Procurador-Geral de Justiça Marcos Neves manteve, ao longo dos quatro anos de administração, diálogo permanente com os poderes e com órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Preservando a autonomia e as prerrogativas de atuação do MPPA, ele sustentou um **relacionamento harmônico e transparente com outras instituições**. A postura produziu resultados positivos para a sociedade, como a série de reuniões de trabalho com a prefeitura de Belém e o governo sobre a implantação de projetos de mobilidade urbana na Grande Belém.



ENCONTRO INÉDITO DE PROCURADORES-GERAIS

O MPPA foi protagonista e promoveu, em abril de 2016, um encontro de trabalho inédito entre os Procuradores-Gerais de Justiça da região Norte e do Mato Grosso. Os chefes dos MPs vieram a Belém para discutir, na sede do MPPA, a atuação integrada das instituições frente a implantação dos grandes projetos de mineração e energia na região. O encontro contou com as presenças do governador Simão Jatene, membros do MPPA e outras autoridades.



CORREGEDORES-GERAIS EM BELÉM

Em novembro de 2016, o MPPA sediou a 105ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que reuniu em Belém Corregedores-Gerais de 26 Estados brasileiros, além de representantes do MP Federal. Organizado pela Corregedoria-Geral do MPPA, o evento debateu assuntos atuais importantes, como a liberdade de expressão e a vedação da atividade político-partidária por membros.



MEMÓRIA PRESERVADA

Preservar a memória de uma instituição é mantê-la viva e fortalecê-la. Foi com esse propósito que o MPPA registrou suas memórias no livro “Memórias do Ministério Público do Estado do Pará”. Lançada em abril de 2016, a publicação resgata toda a trajetória da instituição. O trabalho foi resultado do esforço da Comissão do Projeto Memória do Ministério Público do Pará, coordenada pelo Procurador de Justiça Jorge de Mendonça Rocha.



DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

Pela primeira vez, o MPPA sediou uma reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). Ocorreu em 2016, quando membros de diferentes estados vieram a Belém e produziram propostas nas áreas de direitos humanos, saúde, infância e juventude, pessoa com deficiência e idoso, violência doméstica e familiar contra a mulher, educação e meio ambiente, que recomendam uma atuação uniforme do Ministério Público Brasileiro nessas questões.



Por uma gestão de qualidade

Decisões da Administração Superior contribuem para elevar desempenho administrativo e financeiro do Ministério Público.



Nos últimos quatro anos o Ministério Público do Pará colecionou vários avanços administrativos, como a reestruturação das regiões e polos administrativos, a extinção dos cargos de nível fundamental, a regulamentação do serviço de transporte e a ampliação do sistema de segurança institucional. Essas conquistas têm em comum o fato de serem frutos de decisões da Administração Superior do MPPA, que contribuiu para elevar a qualidade da gestão administrativa e financeira da instituição.

Um exemplo é o Colégio de Procuradores de Justiça, que se reuniu 104 vezes entre 2013 e 2016 para sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais. Os encontros produziram resultados importantes, como as aprovações de Projetos de Lei e de resoluções (ver quadro) que reforçaram a estrutura do MPPA.

Assim como o Colégio, a Corregedoria-

Geral contribuiu para o fortalecimento da instituição. Além de analisar as atividades funcionais de membros, o órgão orientou o trabalho de elaboração dos planos de atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, que definem as ações a serem tomadas nos dois anos que se seguem a ele. Nos últimos quatro anos as taxas de envio dos planos ficaram sempre próximas dos 100% (ver gráfico).

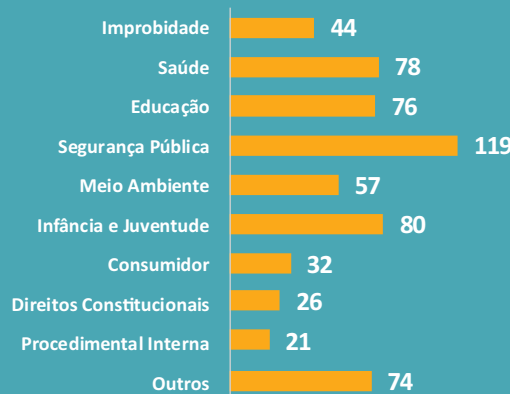
Acompanhar o trabalho realizado pelos membros do Ministério Público também é função da Corregedoria-Geral. Isso é feito por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), destinado a apurar infrações disciplinares e a aplicar as sanções administrativas aos membros do MPPA. O PAD busca a verdade dos fatos, sem a preocupação de incriminar ou absolver indevidamente o servidor acusado. De 2013 a 2016, foram instaurados 202 Procedimentos Disciplinares Preliminares, sendo que 22 deles viraram PADs. □

Decisões estratégicas

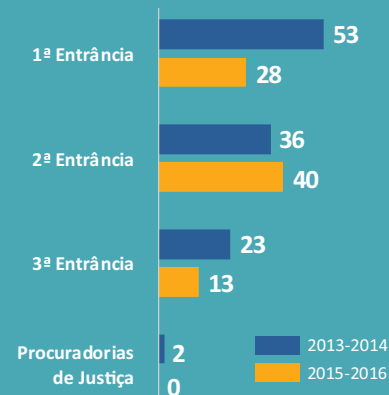
O Colégio de Procuradores de Justiça deliberou, entre 2013 e 2016, sobre temas que refletiram diretamente no fortalecimento do MPPA. Confira alguns resultados das sessões do órgão:

17	Anteprojeto de lei aprovados...	- Criação dos cargos de assessores de Primeira Entrância - Criação do auxílio-saúde
109	Resoluções aprovadas...	- Criação do Estágio Cidadão - Criação dos Grupos de Atuação Especial na Saúde e no Transporte
237	Processos autuados...	- Reestruturação das Promotorias de Justiça de Terceira e de Segunda Entrância - Reestruturação dos Polos e Regiões Administrativas

Temáticas priorizadas nos planos de atuação

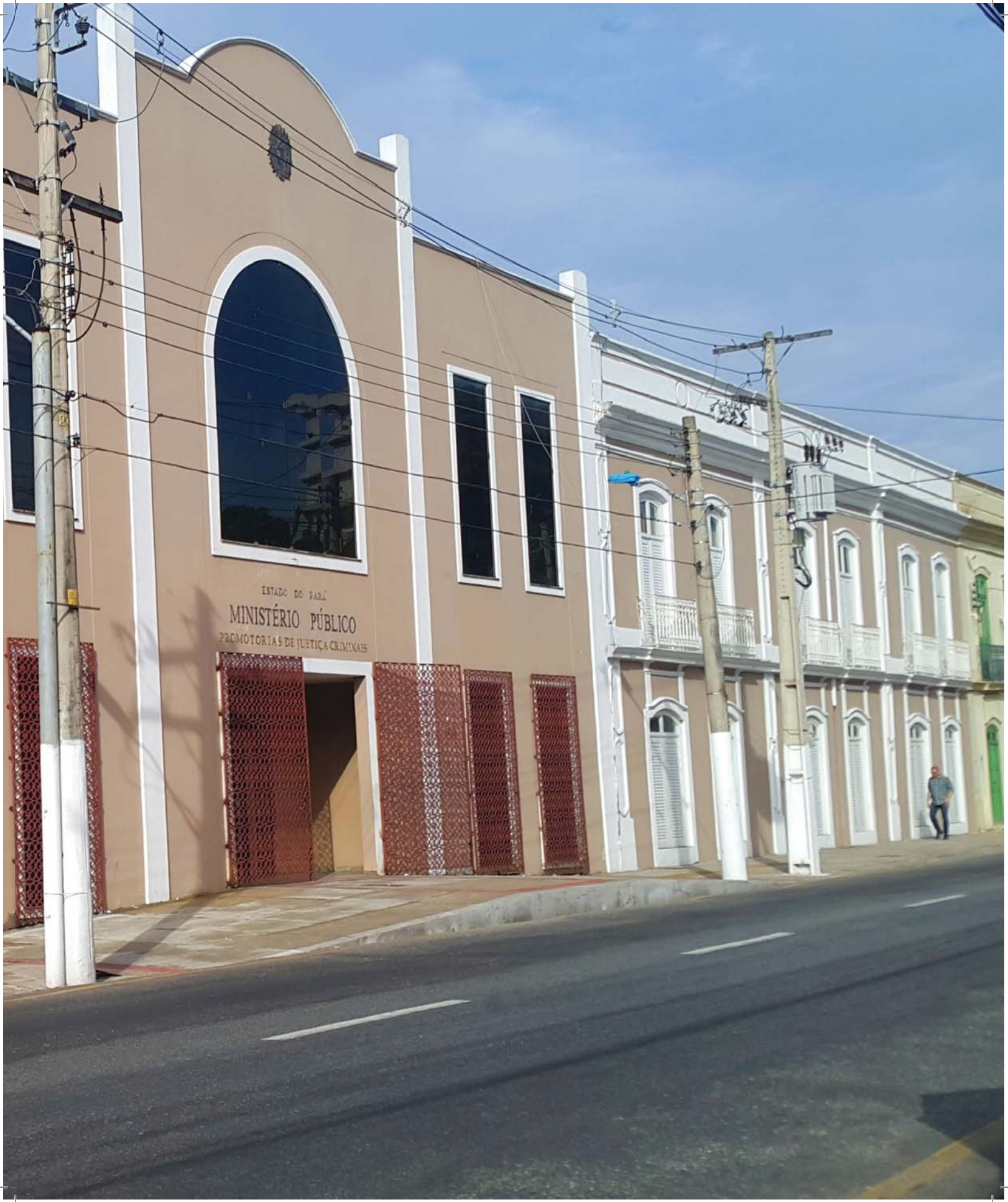


Vagas abertas para Remoção (2013-2016)



Colégio de Procuradores de Justiça: encontros produziram resultados importantes como aprovação de Projetos de Lei e Resoluções que reforçam a estrutura do MPPA.





ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS

